



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 62/XIII-4º/2021-25

1 - Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H15, no Clube Recreativo do Feijó, sito na Rua do Clube Recreativo do Feijó, n.º 9 na Freguesia de Feijó, realizou-se a terceira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia: (continuação)

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da Wemob, E.M., S.A.”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2025”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento para 2025 e Mapa de Pessoal do Município 2025”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento Concurso Limitado por prévia qualificação para celebração de um contrato de gestão de eficiência energética (ESE)”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Emergência Externo (PEE) da Oz Energia”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Roteiro para a Ação Circular 2030”;

3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo”;

3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo”;

3.16 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

3.17 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Constituição da comunidade intermunicipal de Setúbal. Aprovação da sua constituição respetivo contrato e estatutos”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo 1.º Secretário Ivo Almeida em substituição do Presidente Ivan Gonçalves, pela 1.ª Secretária Ana Paula Silva e pelo 2.º Secretário Paulo Filipe Viegas.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Rafael Fernando Aranha Domingues dos Santos (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor 1.º Secretário em substituição do Senhor Presidente Ivan Gonçalves, procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Ivan da Costa Gonçalves (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD), Inês Pezarat Bom (BE) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS) por impedimento de Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), José António Lino Craveiro (PS) por impedimento de Catarina Isabel Garcia Paulino (PS); António Paulo Júnior (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), de António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU); Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS), solicitou a sua substituição pela eleita Raquel Pacheco (PS); a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS), solicitou a sua substituição pelo eleito Ricardo Jorge Pita (PS); o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó Luís Filipe Almeida Palma (CDU), solicitou a sua substituição pelo eleito Armando Martins Gonçalves (CDU).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor 1.º Secretário em substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou ainda que não se registaram faltas na Vereação

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor 1.º Secretário em substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Duarte Carvalho, Anabela Spínola e Tiago Moreira.

5.2.1 – O Senhor Múncipe Duarte Carvalho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui falar sobre um conjunto de assuntos.

O primeiro é sobre a insegurança que se sente nas Freguesias de Feijó e Laranjeiro devido à sua fraca iluminação. Eu não sei os senhores costumam andar à noite por estas ruas, mas de facto, o que se sente, por exemplo, no início da Rua António Elvas, por cima da paragem do Metro no Laranjeiro, depois também na zona do Bairro de Santo António, e na Estação de Santo Amaro, quando cai a noite não se vê nem a ponta do nariz, o que não é de todo seguro. Estamos a falar de estações e de sítios onde passam transportes, o que não dá muito jeito estarem pouco iluminadas.

Outra questão, tendo em conta a época natalícia, esta questão também se faz sentir, por exemplo, no trajeto do Almada Fórum até ao Feijó, com grande fluxo de pessoas, para comorarem as prendas de Nata, faz com que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

por exemplo, no entroncamento da Rua Joaquim Pires Jorge com a Estrada de Vale Flores, na zona industrial de Vale Flores com o troço da Rua da Alembração, na subida da rotunda da Variante à Nacional 10, em direção à rotunda da Estrada de Algazarra, verifica-se o mesmo problema e não há de facto, iluminação o que torna as coisas mais perigosas.

E nós estamos a falar de uma superfície como o Fórum Almada, os cidadãos merecem ter iluminação, e dada a dimensão do local, não faz sentido não haver.

Outra coisa que tenho a acrescentar, é a questão do ponto de degradação a que chegou a Escola da Alembração. Deixo aqui o reparo, das eleições de junho deste ano, as condições quer nos pavilhões, quer nos espaços exteriores, o que é que se constata? Buracos, absolutas crateras, constata-se espaços verdes que estão castanhos com a terra, e uma pessoa tem esperança que hajam melhorias, mas não constata realmente isso, as melhorias nunca vêm.

E até a própria limpeza, a manutenção regular, nós estamos a falar de sítios, de locais de ensino, em ambientes não saudáveis e pergunta-se, em espaços assim deprimentes como é que a juventude consegue ter a alegria que tem, como é que conseguem ter as condições até mesmo para terem uma boa educação, com espaços que não fazem jus aquilo que é a atividade letiva.

Depois, a questão das estradas, o péssimo estado do alcatrão nas ruas, quer seja nas vias mais interiores do Feijó Laranjeiro, só para dar alguns exemplos, a Rua Vale do Torrão, a Quinta de Santo Amaro, mas como esta posso dizer outras.

Sou jovem, gostava de ter mais prazer na minha própria terra, gostava de conseguir ter algum aproveitamento da minha terra, e fico extremamente triste por tal não acontecer.

Mas pode ser que em processo de campanha eleitoral as coisas mudem.”

5.2.2 – A Senhora Múncipe Anabela Spínola:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui falar sobre o cemitério do Feijó. A minha mãe faleceu no passado dia 29 de setembro, e eu dirigi-me à secretaria para saber o que era preciso para fazer a lápide da minha mãe, em que me foi dito que a lápide tinha que ser daquele tamanho, e daquele modelo e daquele valor. Ou seja, foi-me dito que foi assinado um protocolo com a Câmara Municipal de Almada, e que tinha que ser assim. Eu agora pergunto, a lápide ia ficar nos 400.00€ (quatrocentos euros) e eu pergunto: as pessoas que não têm possibilidades para pagar o que é que se põe na campa dos familiares? O que me foi dito por dois senhores que trabalham lá, não poem nada. Acho que nos dias de hoje nem todas as pessoas têm 400.00€ (quatrocentos euros) para dar por uma lápide, é o corpo da minha mãe que está ali enterrado, eu acho como familiar que poderia escolher dentro das minhas possibilidades o que é que poderia colocar na minha mãe. E não me está a ser dada essa possibilidade. Eu gostaria de saber o porquê? Foi esta a informação que me deram no cemitério do Feijó.”

5.2.3 – O Senhor Múncipe Tiago Moreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui hoje para fazer uma denúncia importante, que todos os almadenses têm que ouvir, que se chama Quinta do Perfume.

Senhora Presidente, como é que a Senhora Presidente me vai explicar a mim como cidadão, que foi construído um colégio privado com saneamento básico em terrenos de AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal. Onde eu tenho familiares que pagam IMI, pagam água, pagam luz, pagam tudo e não têm saneamento, mas a cem metros têm um colégio privado com todas as condições, que foram criadas pela Senhora Presidente. E mais, orgulhem-se todos, o Senhor Vice-Presidente que era da Câmara que se chama João Couvaneiro, pertenceu e pertence à direção desse mesmo colégio.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A minha avó tem uma reforma de 300.00€ (trezentos euros) e paga IMI. A Senhora Presidente está a olhar para mim, a Senhora sabe quem eu sou. A Senhora admite isto? Como é que foi possível? Um colégio privado com saneamento básico autorizado pela Senhora Presidente e pelo executivo do Partido Socialista e pela esquerda que defende estas arbitrariedades e quando a minha avó paga IMI e não tem saneamento básico e até hoje não lhe foram despejar uma fossa que tem uma reforma de 300.00€ (trezentos euros) e tem a fossa debaixo da cama dela e cem metros tem um colégio privado, que tem na direção o Senhor João Couvaneiro, que foi Vice-Presidente desta Câmara Municipal, e que integrou depois da legalização e depois da construção, integrou aquele mesmo colégio.

Senhora Presidente, mais uma questão muito importante que é para todos aqui refletirem. Porque é que a Senhora não aplicou a opção gestionária? Diga a todos os trabalhadores que estão aqui, a Senhora faz aqui grandes panfletos de agradecimentos aos trabalhadores, mas não quer saber de nada dos trabalhadores porque a Senhora podia ter aplicado a opção gestionária para melhorar a sua condição remuneratória em tabela remuneratória única e a Senhora não aplicou. E porquê? Eu pergunto aqui como cidadão porque não aplicou a opção gestionária?

Meus amigos, não tenham medo. É sem medo que viemos aqui.

É uma vergonha autêntica, esta Câmara Municipal, que vai ter hoje aqui, o seu orçamento chumbado. O seu orçamento chumbado pela direita, porque a direita é a maior legalidade, é o maior caminho. E eu pergunto, Senhora Presidente, justifique aqui perante mim, e perante os outros cidadãos.

Senhora Presidente, responda aos munícipes de Almada, como é que foi possível aprovar um colégio privado, numa zona que se chama AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal? E que mais Senhora Presidente e que mais? E o Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro como Diretor da direção daquele colégio. Pois é, Senhora Presidente, é o socialismo, é isso tudo.

Senhora Presidente, temos que ter transparência, e acima de tudo não é conferências na SIC Noticias a falar sobre a extrema-direita e sobre tudo, é explicar aqui como a Senhora autorizou numa AUGI, foi construído um colégio privado, e a cem metros há pessoas que têm fossas, que não têm saneamento básico e mais, que coloca lá o seu ex-vice-Presidente, como é que a Senhora justifica isso aos almadenses? Isso é conclusivo ou não é conclusivo que e, a palavra que vocês gostam de utilizar na Assembleia da República.

Dr. André Ventura - CHEGA sempre.”

5.2.4 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS) em Defesa da Honra nos termos do n.º 1 do artigo 55.º do Regimento da Assembleia Municipal.

5.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não percebo o que é que se passou aqui, o Almada Internacional School, é uma estrutura que existe neste Município, que tem crianças de 32 nacionalidades, que tem 234 alunos, que responde a uma necessidade educativa deste território o do seu desenvolvimento, que fixa neste território um conjunto de famílias que aqui se instalaram, que escolheram este território e que precisam de respostas educativas ajustadas aos seus filhos, que tem crianças que vêm de famílias da Ucrânia, de famílias da Rússia, de famílias de Israel, de famílias das regiões todas deste globo, que procuram viver aqui e aqui encontrar condições de paz e contribuir aqui para o desenvolvimento deste território.

Não há nada no licenciamento deste espaço, que seja digno de dúvida ou de suspeita, mas o processo pode ser absolutamente consultado e não depende apenas da Autarquia, depende também das instituições, por exemplo, da Segurança Social, da Direção Geral de Educação, e de todos os outros estabelecimentos que têm de licenciar este tipo de equipamentos.

Portanto, não percebo o que é que se passou com este Senhor, provavelmente não estará bem. Mas convido-vos a todos que tenham condições para visitarem aquele espaço, convido-vos a visitarem, porque curiosamente



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ainda hoje decorreu lá a Festa de Natal daquele espaço, onde crianças de 32 nacionalidades, umas russas, outras ucranianas, umas de países de expressão árabe, outras que vêm de Israel, curiosamente, se encontraram para celebrar o quê? O Natal. E têm aqui um espaço onde podem apreender com enorme qualidade, um espaço de referência para este território e que já agora, ajuda a dignificar uma zona que é uma área urbana, não está em Área Urbana de Génese Ilegal, mas que ajuda a dignificar aquele território por estar na proximidade, de facto, da Quinta do Guarda-mor.

Portanto, terei todo o gosto em convidar o Senhor em causa que não sei como se chama sequer, peço desculpa, mas tive um inconveniente de família que me fez chegar um pouco mais tarde, mas agradeço a oportunidade de convidar a todos, para visitarem aquele espaço que é um espaço de excelência e que honra de facto, este território.

Sim é um projeto de iniciativa privada, mas nada me parece que haja nisto, que ofenda a Constituição portuguesa, a dignidade dos estudantes das escolas portuguesas e é uma resposta que complementa aquilo que até agora não existia neste território. Porque aquilo que acontecia neste território, crianças que aqui residiam e que eram de famílias estrangeiras, iam para Lisboa, iam para Palmela e não encontravam aqui uma resposta educativa de qualidade.

Trata-se de um estabelecimento de ensino Bilingue, em que as crianças aprendem em português e em inglês e sim, tenho como muito orgulho, responsabilidades na instalação deste projeto aqui no Concelho de Almada e estou ligado a ele desde a sua génese. Com muito orgulho, porque acho que também assim se promove o desenvolvimento do nosso território.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal Rafael Fernando Santos (CHEGA), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS), o Senhor Vereador Nuno Filipe Matias (PSD) e ainda Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Rafael Fernando Santos (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha intervenção vem somente no sentido de pedir desculpa à Assembleia Municipal, pelo comportamento do Múncipe que esteve aqui há pouco, pedir desculpa ao executivo e aos Senhores Deputados Municipais e também aos Senhores Múncipes que aqui estiveram e desmarcarmo-nos enquanto partido uma vez que fomos referenciados pelo mesmo militante, do comportamento e simultaneamente da pessoa que está em causa e pedimos mais uma vez desculpa pelo lamentável sucedido que ocorreu há minutos atrás.”

5.3.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre esta última intervenção penso que já foi tudo dito, agradecendo aliás, as duas últimas intervenções.

Se o Senhor Presidente me permitir, até porque são matérias específicas eu passaria a palavra ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro para poder responder ao Senhor Múncipe Duarte Carvalho, também ao Senhor Vereador Nuno Matias para poder esclarecer a Senhora Múncipe Anabel Spínola.

5.3.3 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à intervenção do Senhor Múncipe Duarte Carvalho, o que lhe posso dizer é que de facto, ainda há 15 dias tivemos uma reunião com a E-REDES, onde foi manifestada a nossa preocupação relativamente aquilo que são as lacunas no que diz respeito à falta de iluminação, algumas avarias em várias luminárias e é uma situação que nos preocupa, convocamos para uma reunião, eles manifestaram a intenção de regularizar todas as situações, infelizmente, eles não estão a corresponder da maneira devida.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Como sabe também já foi falado ao longo destes dias, também já foi aprovado em reunião de Câmara e esperamos que a Assembleia Municipal autorize o lançamento do concurso para a substituição das luminárias, por forma a resolver de uma forma clara e estrutural esta falta de iluminação.

Não é uma medida eleitoralista, é uma medida que urge fazer há bastante tempo e que de facto, torna-se necessário implementar.

Relativamente à questão da rede viária, é uma preocupação constante deste executivo, que o tem feito ao longo dos anos do mandato, e foram identificados num trabalho conjunto com todas as Juntas de Freguesia, quais são as vias ou quais eram as vias que necessitavam de maior intervenção e de acordo com essa indicação, foi lançado um concurso, o concurso foi concluído e iniciar-se-á muito brevemente toda a execução da reparação de uma série de vias estruturantes.”

5.3.4 – O Senhor Vereador Nuno Filipe Matias (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dona Anabela Spínola, eu irei mal acabe aqui o meu primeiro esclarecimento, ir ter consigo para lhe dar o meu contacto direto para percebermos o que é que se está a passar, porque, primeiro, é verdade que o cemitério tem um regulamento e tem regras de utilização.

Agora, a Câmara Municipal não comercializa placas e, portanto, é estranho alguma informação que lhe tenha sido dada, porque se eu não percebi mal, terei percebido que alguém lhe disse que teria de cumprir uma determinada regra e teria que pagar 400.00€ (quatrocentos euros), se eu não percebi mal. Mas vou ter consigo para perceber a situação e vai-nos explicar o que se passou e vamos esclarecer porque a Câmara Municipal não comercializa. Há regras, mas naturalmente dentro das regras cabe à família naturalmente, e dentro das suas disponibilidades, fazer o cumprimento da última homenagem aos seus entes queridos.

Portanto, não é aceitável que lhe deem alguma informação que possa condicionar aquilo que é a sua livre decisão dentro das regras que estão estipulados para si e para qualquer outra pessoa.

Mas, já de seguida vou ter consigo para lhe dar o meu contacto.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (continuação).

6.1 – Na continuação do debate sobre os pontos 3.8, 3.9 e 3.10 da Ordem de Trabalhos, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Paulo Alexandre Sabino (PSD), Pedro Miguel Matias (PS), José Joaquim Leitão (PS), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), João Eduardo Geraldês (CDU), Ricardo Jorge Pita (PS), José António Rocha (BE), António Pedro Maco (CDS-PP) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Sabino (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Depois de tanto burburinho e nervosismo, por parte do PS, mesmo antes do PSD ter sequer feito uso da palavra, aqui estou, então. E tenho de começar por repor a verdade!

Senhora Presidente, depois de tantos adjetivos usados aqui ontem, há um que não nos pode imputar: o de mentirosos. E, por isso, vamos aos factos do mês de novembro!

Facto: no dia 18, o PSD foi convocado para uma reunião com a Senhora Presidente, o nosso Vereador e o líder do PS Almada. Que tinha de ser em determinado dia e a determinada hora, por incompatibilidade de agendas.

Facto: Dada a urgência, falámos por telefone. A Senhora manifestou-se disponível para nos ouvir, mas havia a tal dificuldade de agenda e combinámos então que o PSD iria enviar um documento com medidas fundamentais para este orçamento de 2025.

Facto: no dia 20, ligou-me o seu chefe de gabinete, pedindo urgência no documento pois a reunião de Câmara, onde se votaria o orçamento, seria no dia 25 e não no dia 29, como inicialmente tínhamos falado.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Facto: no dia 22, data combinada, enviámos o documento, e recebemos, no mesmo dia, resposta negativa a todas, todas as propostas.

Por isso, Senhora Presidente, não! O PSD não apresentou propostas depois do orçamento estar fechado. A Senhora é que achou que ele estava viabilizado sem o negociar com o partido que desde 2017 lhe tem dado todas as condições para governar Almada.

E, de facto, nestes sete anos, o PSD tem feito cedências ao Partido Socialista. Em nome da estabilidade! Porque uma Câmara que não funciona não ajuda as pessoas e nós fomos eleitos para melhorar a vida dos Almadenses.

E quando a Senhora Presidente tenta criar a ideia de “um novo PSD”, em oposição a algo que havia antes, eu não posso deixar de lhe dizer que isso não é verdade! Não existe um PSD A e um PSD B.

Quando a Senhora fala do trabalho dos Vereadores Nuno Matias e Miguel Salvado, eu não posso deixar passar em claro a insinuação de que eles foram subservientes.

A Senhora sabe bem que eles sempre exigiram que fossem concretizadas as propostas que consideramos fundamentais para a nossa terra!

E é por isso que eu falo aqui em nome do PSD e de só um PSD!

O PSD que tem um projeto para Almada!

O PSD que tem orgulho no trabalho dos seus quadros.

O PSD que se cansou de esperar que o PS nos deixe concretizar aquilo que defendemos.

E agora, vamos ao que nos traz aqui, a discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025.

Chegamos ao final de 2024 e temos uma vez mais um orçamento que é uma desilusão. Para além de ignorar as propostas do PSD Almada, ignora princípios importantes para nós e necessários para os almadenses.

Princípios que fazem de um orçamento um plano corajoso e ambicioso, que dinamiza a economia através da descida da carga fiscal. Reduzir impostos é uma ferramenta eficaz para superar os desafios económicos e melhorar a vida das famílias, sobretudo, quando conjugada com uma estratégia de atração de investimento, que por sua vez gera riqueza e traz emprego.

A descida de impostos que defendemos, e que já foi explicada hoje a esta Assembleia Municipal, não é uma irresponsabilidade. Antes pelo contrário. A sustentabilidade financeira da Autarquia tem de passar por uma gestão mais eficiente de recursos, sejam eles financeiros ou humanos.

38% da despesa total da Câmara Municipal é com trabalhadores.

É um peso muito superior à média nacional que nos pode levar a entrar em défice dentro de 3 anos.

Isto quer dizer que estamos a gastar demais com os trabalhadores? Não! Estamos a gastar de menos em tudo o resto. E essa é que é a verdadeira função da Câmara Municipal!

Almada tem um nível de taxas e impostos dos mais altos de Portugal. Mas isso não tem feito de Almada uma das melhores cidades para se viver e trabalhar. É uma contradição, não é? Arrecadar tanto dinheiro e a cidade estar cada vez mais suja, ignorada e condenada ao marasmo.

Não podemos aceitar um orçamento que ignore estas realidades e continue a cobrar aos almadenses preços caros, especialmente na água.

O PSD concordou com a última revisão das tarifas dos SMAS, porque era necessário melhorar a rede de abastecimento. No entanto, o avanço das obras é “devagar, devagarinho”. Senhora Presidente, os almadenses já avançaram com o dinheiro, mas a Senhora não avança com a obra!

É urgente que a Câmara Municipal de Almada se mexa! Tem de estimular a economia, o turismo e o comércio! Tem de melhorar o acesso à habitação e ao emprego.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Presidente, o PSD não está apenas desiludido com este Orçamento. Está também desiludido consigo!
A sua gestão política deixa tudo a meio.

Querem um exemplo? A remodelação dos mercados municipais.

Graças à vereação do PSD, foi criado e aplicado o novo Regulamento Municipal dos Mercados, para atrair negócios e facilitar a vida aos comerciantes. No entanto, este avanço tinha de ser concluído com uma outra medida proposta também pelo PSD: a remodelação profunda dos mercados municipais. Temos de os transformar em áreas multifuncionais, que atraiam os almadenses. Nunca o PS nos deixou concretizar esta ideia. E não é ao fim de 7 anos que acreditamos que isto vá acontecer.

Perdeu-se a confiança.

Na Assembleia Municipal, o PSD fez aprovar a criação dos Julgados de Paz, projeto que nunca se concretizou. O Partido Socialista disse que não era prioritário e havia outros projetos.

Quais projetos?

A Escola Maria Emília de Sousa? Uma obra que o PSD obrigou a estar no Orçamento, mas que o PS nunca concretizou?

Quais projetos, Senhora Presidente? A Loja do Cidadão, que não saiu dos cartazes nem das revistas municipais? E já nem falamos da agência do investidor; ou do Centro de Congressos e Exposições! Ou de uma verdadeira incubadora de empresas; ou a Senhora Presidente quer que os almadenses trabalhem todos em Lisboa?

Todas estas iniciativas foram recusadas ou bloqueadas por opção política do Partido Socialista.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O PS falha na defesa dos Almadenses porque não pensa estrategicamente a gestão do Concelho.

O seu slogan em 2017 foi "Almada pode". E de facto Almada pode, mas com o PS tem podido pouco. E nós queremos mais!

Sempre quisemos mais! Sempre apresentámos alternativas, sempre exigimos diálogo e sempre afirmámos o nosso compromisso com Almada.

E se não lutarmos agora por um orçamento mais ambicioso, estaremos a condenar os almadenses a mais um ano de promessas vazias.

Senhora Presidente da Câmara Municipal,

Como sabe, o PSD vai votar contra este orçamento. E, por estranho que pareça, foi a Senhora que tomou essa decisão. Porque ignorou as nossas propostas, porque desvalorizou os interesses dos almadenses e porque o fez sem ter um rumo alternativo!

Na verdade, nunca se soube bem qual era o seu projeto para Almada, Senhora Presidente. E não caia na tentação de se vitimizar!

Não venha dizer que se este orçamento não for aprovado, a execução do PRR fica em risco! Isso é falso.

A Lei é clara, as receitas consignadas permitem o aumento global da despesa, sem necessidade de revisão orçamental, desde que as rubricas já existam no orçamento anterior. Se estamos no fim do prazo da execução dos fundos do PRR e a Senhora Presidente ainda não destinou o dinheiro para investimentos em Almada, terá de assumir a sua falha e apresentar um novo orçamento.

Tome bem consciência disto, Senhora Presidente: o PSD não lhe está a fechar a porta, está a dizer-lhe que a Senhora nunca abriu verdadeiramente a porta às ideias do PSD para o nosso Concelho!



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E por isso, vou mesmo terminar dizendo "Corta!" a este filme que a Senhora tem vindo a escrever, realizar e protagonizar. É que Almada pode não ser o filme da sua vida. Mas nós, no PSD, escolhemos Almada para toda a vida!

Viva Almada!"

6.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de começar por lamentar a posição do PSD nesta Assembleia Municipal. Ao fim de sete anos e de um percurso conjunto e de respostas efetivas aos almadenses, desta vez uma facção do PSD rejeitou ou vai rejeitar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025. Uma facção. E é uma facção porque é fácil de perceber que é uma facção, porque o Senhor Vereador Nuno Matias na reunião de Câmara, viabilizou o Orçamento da Câmara Municipal e é rejeitado aqui na Assembleia Municipal. Portanto, é uma votação de facção.

Este talvez seja o melhor orçamento que a Câmara Municipal de Almada algum dia apresentou.

Tem um conjunto de investimentos estruturantes para o Concelho. E gostaria aqui de identificar alguns.

A Loja do Cidadão, os Centros de Saúde da Costa da Caparica e do Feijó, o Centro de Recolha Animal e vai investir em 2025, 3.000.000.00€ (três milhões de euros) na rede viária, tem um conjunto de investimentos na habitação acessível, PRR, Polícia Municipal, Agroparque na Costa da Caparica, o projeto O Nosso Bairro, políticas sociais, o Metro à Costa da Caparica, isto tudo cerca de 50.000.000.00€ (cinquenta milhões de euros) que iriam investir em 2025.

Mas este investimento do orçamento para 2025 também é impactante em 2026. Este orçamento é determinante não só em 2025, mas também para 2026.

Esta posição do PSD ou desta facção do PSD, tem três dimensões.

A primeira dimensão, como dizia ontem a minha camarada Margarida Lourenço, é a incoerência.

Depois o PSD deixou de ser confiável, e a terceira passou a ser um partido irresponsável.

E a primeira relativamente à incoerência, durante sete anos teve um papel relevante nas decisões do Concelho, esteve do lado das soluções, procurou encontrar conjuntamente com o Partido Socialista, soluções para responder aos problemas do Concelho. E sete anos depois uma facção do PSD votou contra as Opções e Plano.

A segunda, deixou de ser confiável, durante muitos anos o PSD de Almada, até com a CDU na gestão municipal, era um partido confiável. Hoje, deixou de o ser, abandonou Almada.

Em terceiro, passou a ser um partido irresponsável. Não é responsável por ter votado contra as Opções do Plano e Orçamento, porque tem essa legitimidade. Mas é irresponsável porque o voto não é contra o orçamento, o voto é um voto de facção que é contra aqueles que perderam as eleições internas do PSD. Este voto não é contra o orçamento, é contra a facção que perdeu as eleições dentro do PSD.

Esta facção do PSD procura a vingança sem olhar a meios. Mesmo prejudicando os almadenses, o que interessa é tirar a outra facção dos destinos da Câmara Municipal de Almada. Quem perde não é o PSD, quem perde são os almadenses, e tenho a certeza que os almadenses, vão penalizar quem está preocupado com o próprio umbigo. A resposta será dada daqui por nove meses.

Este voto contra as Opções do Plano e Orçamento, é uma espécie de vendeta, um acerto de contas interno, do qual a gestão do PS também é vítima.

Senhores Deputados, Senhora Presidente da Câmara Municipal,

Continua a existir espaço de manobra para 2025 com o atual orçamento. Devem continuar a trabalhar com as condições que existem. É a minha forte convicção de que o projeto do PS em Almada, vai sair reforçado nas próximas eleições de 2025. Não só por aquilo que fizemos, mas também porque somos um partido coerente, confiável e responsável. “



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.3 – O Senhor Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Assembleia Municipal de Almada está a apreciar e vai votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Almada para 2025, no momento em que nos aproximamos do fim do atual mandato autárquico, o segundo mandato do Partido Socialista em Almada.

Desde final de 2017 até agora muito foi feito, muito mudou em Almada.

Almada é hoje um Concelho diferente, um Concelho melhor, um Concelho muito melhor.

Um Concelho mais coeso e resiliente onde muitos, onde todos, têm lugar.

Um Concelho de que os almadenses se orgulham, e que muitos consideram ser o melhor local para se viver na Área Metropolitana de Lisboa.

Ao longo dos sete anos que decorreram desde que o Partido Socialista assumiu a Presidência da Câmara Municipal de Almada, Almada fez um longo e rico caminho.

Reforçou-se a transparência na relação da Autarquia com os municípios e o Movimento Associativo, aprovando e aplicando regulamentos justos e rigorosos em áreas como a da habitação e do Movimento Associativo.

Apostou-se na melhoria da higiene urbana, renovando a frota de viaturas, que estava obsoleta, reforçando e redesenhando os circuitos de recolha. Esta frente de trabalho, no entanto, ainda necessita de melhoria e reforço, tal como está previsto na proposta de Orçamento que agora discutimos.

Deu-se resposta firme e adequada à pandemia de COVID-19, respondeu-se à emergência do 2.º Torção e realojaram-se as famílias atingidas, instalou-se a Provedoria dos Animais, promoveu-se a programação e a animação cultural e a realização de eventos de projeção metropolitana e nacional, operacionalizou-se a Transferência de Competências nas áreas da Educação, Apoio e Ação Social e Saúde, com significativas melhorias no serviço que é prestado às populações.

No que toca a investimentos, procedeu-se à requalificação dos Mercados Municipais da Cova de Piedade e das Torcatas; do Parque Atlântico na Costa de Caparica; do Jardim da Cova da Piedade; da Rua dos Pescadores na Costa de Caparica; das zonas envolventes da Romeira e Caramujo; da ex. Estrada Nacional 377, na Charneca de Caparica; do edifício dos Paços do Concelho; da Av. Cristo Rei, em Almada; do Complexo Municipal de Piscinas da Charneca de Caparica; de numerosos edifícios escolares, Parques Infantis e Habitações Municipais; do Parque Urbano da Vila Nova de Caparica; do Largo de Cacilhas; da estrada que liga o Lazarim a Vale Figueira e serve a Escola Secundária Daniel Sampaio; da Avenida do Mar; da Escola Básica Maria Rosa Colaço; do Convento dos Capuchos e procedeu-se ainda ao alargamento da Escola Carlos Gargaté para acolher o Ensino Secundário, tão reivindicado pela população da Charneca de Caparica.

Trata-se de realizações concretas, importantes, agora ao serviço dos nossos municípios.

Aqueles que apregoam que nada foi feito, a Câmara Municipal responde com obra feita.

O orçamento de 2025, que hoje estamos a debater e vamos votar, atinge os 182.000.000.00€ (cento e oitenta e dois milhões de euros), duplicando os valores iniciais do orçamento de 2018, quando o PS assumiu os destinos de Almada. Em conjunto com o Orçamento dos SMAS ultrapassa os 220.000.000.00€ (duzentos e vinte milhões de euros), realidade que espelha o sucesso da gestão municipal.

É um Orçamento de continuidade e reforço das políticas sociais, dirigidas prioritariamente aos mais carenciados, e de resposta à crise da habitação, ao mesmo tempo que visa a concretização de novos projetos relevantes para o Concelho.

Propõe-se concretizar, na sua plenitude, o processo de transferência de competências nas áreas da saúde, social e educação, melhorando as respostas e as infraestruturas do Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Refira-se nomeadamente, a construção do Centro de Saúde da Costa de Caparica e do Centro de Saúde do Feijó, só possíveis no âmbito da transferência de competências, assim como os progressos na área do apoio e ação social, assim como a resposta adequada dada às necessidades das nossas escolas, em termos de recursos humanos, equipamento e edificado.

Este orçamento visa a melhorar mobilidade do Concelho, seja pela prossecução dos estudos necessários para assegurar a expansão do metro até à Costa da Caparica e à Trafaria, em estreita colaboração com a Transportes Metropolitanos de Lisboa e o Metropolitano de Lisboa, estimando-se a realização de consultas públicas no decurso de 2025, seja por assegurar a conclusão atempada dos trabalhos no IC20, seja pela reabilitação de vias em todas as Freguesias do Concelho. Aposta-se ainda na melhoria dos Acessos às Praias (entre a Praia do Rei e a Praia da Bela Vista) e da Rua do Juncal - Acesso Alternativo às Praias da Costa Caparica.

É ainda um orçamento que promove o rigor e a sustentabilidade das finanças locais.

Comporta investimentos no valor de mais de 50.000.000.00€ (cinquenta milhões de euros) só em 2025, incluindo o financiamento comunitário do PRR, o que implica a conclusão das obras até ao final de 2025 ou meados de 2026, sob pena de se perderem os apoios europeus.

No que respeita à habitação municipal prevê uma verba plurianual de 18.000.000.00€ (dezoito milhões de euros) visando a construção de mais de duas centenas de casas em regime de renda apoiada e a reabilitação de mais de 150 habitações.

Paralelamente o IHRU prevê contribuir com várias centenas de habitações de renda acessível.

Perspetiva-se também o apoio financeiro ao arrendamento para famílias não abrangidas pelos programas de habitação municipais, mas cujos recursos não são suficientes para custear integralmente o valor das rendas.

Relativamente à reabilitação e requalificação dos equipamentos culturais e edifícios históricos do Concelho, planeia-se desenvolver projetos e intervenções no Solar dos Zagallos, no Edifício das Celas do Presídio da Trafaria, na Casa Pargana – Arquivo Histórico Municipal, na Oficina da Cultura, bem como com o Núcleo Histórico da Cova da Piedade – que inclui o Palacete José António Gomes, para além da reabertura da Casa da Cerca.

Quanto aos mercados municipais, está contemplada a requalificação dos Mercados de Almada e da Costa de Caparica, assim como da rede de quiosques municipais.

Perspetiva-se também, a implementação do Agroparque das Terras da Costa, projeto pioneiro, apoiado pelo PRR, que integra a requalificação de espaços agrícolas com práticas sustentáveis, formação e capacitação para agricultores e pescadores e infraestruturas inovadoras, como o Eco-Edifício e uma incubadora agrícola.

Outro grande projeto que deverá ser concretizado é o do Projeto da Polícia Municipal, prevendo-se criar a Polícia Municipal de Almada e adquirir os equipamentos necessários à sua instalação, recrutar os futuros agentes e assegurar a sua formação.

Está também contemplada a implementação da Loja do Cidadão, no Caramujo-Romeira, que sempre foi uma das prioridades do Partido Socialista, sendo que a sua concretização disponibilizará à população um acesso centralizado a uma multiplicidade de serviços públicos e privados.

No domínio cultural existe uma forte aposta numa programação cultural descentralizada dando continuidade aos grandes eventos anuais do Concelho – o Está tudo em Festa, o Feliz Almada, o Festival de Música dos Capuchos e o Festival Sons de Outono, ao apoio ao Festival de Teatro de Almada e ao Festival Sementes, à dinamização do Espaço Trafaria Cultura, com ateliers e residência artísticas, e ao Concurso de Marchas Populares.

No domínio ambiental desenvolver-se-á a Estrutura Ecológica Municipal com a criação progressiva de uma rede de Corredores Verdes, a construção do Jardim Urbano da Charneca de Caparica, assim como o projeto inovador Coolife, no centro da cidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Prevê-se também expansão dos Núcleos de Energia Renovável, como o “Núcleo de Energia dos Três Vales” que já existe, que alia a vertente ambiental à preocupação social, uma vez que permite diminuir o esforço das famílias no pagamento da energia. Estamos a falar de famílias carenciadas.

No que respeita ao bem-estar animal perspectiva-se finalmente a construção do Centro de Recolha Oficial, a elaboração do Regulamento Municipal de Bem-estar e Proteção Animal e a implementação do cheque veterinário.

Termino a apresentação sucinta do que foi feito nos últimos sete anos e do que se perspectiva fazer em 2025, afirmando a necessidade imperiosa de, no respeito pelo superior interesse de Almada e dos almadenses, a Assembleia Municipal viabilizar as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Almada para 2025.”

6.1.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, ao ouvir o seu vídeo sobre o orçamento, fez de mim um homem crente, tornar-se num homem incrédulo. Fiquei na dúvida se tanta promessa e desvio de atenção era uma carta ao Pai Natal ou uma homenagem à nova santa padroeira de Almada, Santa Inês de Medeiros.

Ouvimos e é dado a entender, na mesma frase, que graças a este orçamento teremos a extensão do metro até à Costa da Caparica, concluída já em 2025, apesar de nem sequer haver um traçado definido e de ser uma obra do Estado, suportada por fundos do Governo, sem qualquer relação com o orçamento em apreço.

Mas porquê ficar-se por aí? Já que constrói metros até à Costa da Caparica e estamos a falar de milagres e ilusões, porque não o túnel Algés-Trafaria ou até o novo Aeroporto?

Dou-lhe os parabéns, só uma atriz de grande craveira conseguiria dizer aquilo tudo com uma cara séria. Mas agora de volta à realidade vamos falar do Orçamento para 2025.

Hoje, estamos aqui para debater uma proposta de orçamento que, na sua essência, deveria ser um compromisso para melhorar a vida dos almadenses. Mas, analisando esta proposta, é impossível não sentir uma profunda decepção. Este orçamento não é uma promessa de futuro; é uma continuidade de um presente desgastado e ineficaz.

Mas vamos por pontos.

Dependência Excessiva de Impostos Municipais.

Mais uma vez, este executivo opta por penalizar as famílias almadenses, sobretudo a classe média, através de impostos municipais elevados. Este orçamento mantém Almada refém de um modelo ultrapassado, em que a derrama, o IMI, o IRS e o IMT pesam desproporcionalmente sobre aqueles que já lutam para manter o seu padrão de vida.

No caso da Derrama, a fixação em 1,20% é um claro desincentivo ao investimento empresarial. Almada continua a afastar oportunidades e a perder terreno na corrida pela criação de emprego.

A taxa do IRS fixada, é mais um exemplo de como esta Câmara Municipal ignora a realidade que os almadenses enfrentam. Num momento de perda de poder de compra, os municípios precisam de alívio fiscal, mas encontram, em vez disso, um executivo que prefere acumular receitas à custa do seu esforço.

O IMI, em 0,35%, é outro exemplo da falta de sensibilidade deste orçamento. Não há medidas para apoiar as famílias com filhos ou para incentivar a fixação de profissões essenciais, como médicos ou professores. Que visão é esta para o nosso futuro?

E o IMT, uma das principais receitas municipais, reflete o fracasso absoluto da política habitacional. Taxas urbanísticas excessivas, processos de licenciamento intermináveis e a incapacidade de criar uma oferta habitacional acessível estão a afundar Almada num marasmo habitacional.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em comparação com Municípios Vizinhos Mais Eficientes, a realidade de Almada contrasta fortemente com a dos municípios vizinhos, que adotam políticas mais competitivas e eficientes. Enquanto Almada arrecada apenas 4.800.000.00€ (quatro milhões e oitocentos mil euros), apesar de cobrar das taxas mais elevadas e dos processos mais demoradas do país, de Loteamento e Obras, o Seixal por exemplo, gera cerca de 13.000.000.00€ (treze milhões de euros), aplicando taxas mais baixas e licenças muito mais rápidas.

Este contraste é um claro exemplo de como Almada perde oportunidades para dinamizar a economia local, enquanto continua a sobrecarregar os munícipes com impostos. Municípios vizinhos demonstram que é possível alavancar a receita com base na eficiência administrativa e em políticas fiscais equilibradas, que atraíam investimento e novos residentes.

A classe média continua a ser a principal financiadora do Município

O peso da Derrama, do IMI, do IRS e do IMT, recai desproporcionalmente sobre a classe média, que continua a ser o pilar financeiro do orçamento municipal. A ausência de políticas de alívio fiscal reflete uma estratégia que penaliza os cidadãos, ao mesmo tempo que desincentiva o investimento e não resolve os problemas estruturais do Concelho, como a crise habitacional.

Enquanto Concelhos vizinhos apostam na diversificação das receitas e na promoção de serviços públicos eficientes, Almada mantém um modelo dependente dos impostos, sem apresentar alternativas para gerar valor e competitividade.

Falhas no cumprimento de compromissos.

Promessas feitas e repetidas ano após ano, continuam a não sair do papel. Um exemplo gritante é o CROA – o Centro de Recolha Oficial de Animais, proposto desde 2018. Passaram-se seis anos, e nada foi concretizado efetivamente. Esta é uma demonstração clara de uma gestão paralisada, incapaz de cumprir com os compromissos assumidos com a população.

Além disso, consideramos que o projeto do CROA está incompleto, pois não contempla a instalação de um forno crematório. Este equipamento permitiria tratar com dignidade os restos dos animais e funcionaria como uma fonte de rendimento para suportar os custos do próprio CROA. Com esta ausência, o município continua a pagar custos elevados a entidades externas para a gestão destes serviços.

Outro exemplo, é a situação das paragens de autocarro. Os almadenses continuam a apanhar frio e chuva enquanto esperam pelos transportes públicos. O último concurso público para renovar as paragens foi cancelado devido a erros, e até agora este executivo ainda não conseguiu lançar um novo. Este atraso prejudica diretamente a qualidade de vida dos munícipes e reflete a ineficiência administrativa que permeia esta gestão.

E até a iluminação LED, só no último ano do mandato conseguiram criar as condições para um concurso público, demonstrando também um claro desrespeito pelo meio ambiente. Este atraso prejudica a qualidade de vida dos munícipes e reflete a ineficiência administrativa que permeia esta gestão.

Bairros Ilegais e Falhas na Política de Habitação

Almada enfrenta uma proliferação crescente de bairros ilegais e novas barracas, um exemplo direto da inação deste executivo. A falta de fiscalização permite que estas construções irregulares surjam por todo o Concelho, muitas vezes em condições de habitabilidade precárias e indignas. Passados sete anos desde que assumiu funções, este executivo não conseguiu construir uma única casa para resolver os problemas habitacionais do Concelho. Esta falha demonstra uma ausência completa de estratégia, vontade e competência para enfrentar a crise habitacional que afeta Almada.

Desigualdade no Apoio às Entidades Culturais Locais.

As entidades culturais de Almada enfrentam uma concorrência direta de entidades externas que também podem candidatar-se e receber subsídios municipais. Esta política não protege o tecido cultural local, que deveria ser uma prioridade para o fortalecimento da identidade e da sustentabilidade do Concelho. Ao permitir



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

esta concorrência, o município está a retirar oportunidades às entidades de Almada, em vez de canalizar os seus recursos para o apoio e crescimento dos agentes culturais locais.

Em conclusão;

Este é um orçamento cheio de nada, cheio de promessas autárquicas e temas que não cumpriu nem resolveu em sete anos. Agora, aparece no último ano do seu segundo mandato, com promessas e orçamentos em rubricas que nunca esgotou. Todos os anos, pelo menos um terço do orçamento fica por usar, uma situação que ocorre desde o início do seu mandato. E quer nos fazer crer a todos que agora é que vai ser.

Este orçamento reflete um total desnorte deste executivo.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA vota contra este orçamento, não por oposição cega, mas por consciência e responsabilidade. Votamos contra porque acreditamos que Almada merece mais. Merece alívio fiscal. Merece uma política habitacional eficaz. Merece um executivo que tenha a coragem de atrair investimento, cumprir os seus compromissos e melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes.

Almada não pode continuar refém de quem não a quer levar mais longe.”

6.1.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os documentos previsionais dos SMAS para 2025 que estamos a apreciar, contêm elementos que enformam dos mesmos vícios, se a expressão nos é permitida, de todos os que os antecederam ao longo dos últimos sete anos de maioria PS no nosso Município.

Olhando, por exemplo, àquilo que o documento prevê em matéria de investimento (leia-se, o conjunto da despesa de capital prevista), a verdade é que não podemos deixar de neles identificar uma redução de 14% (catorze por cento!) do montante, já em si mesmo escasso, inscrito para investimento em 2024!

E Senhora Presidente da Câmara Municipal e Senhor Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, antes que venham dizer que é falso o que afirmamos, estes números são os que constam dos documentos que Vossas Excelências nos forneceram, e forneceram a todos os eleitos nesta Assembleia Municipal, como instrumentos base para a discussão que agora travamos. Se os números que aqui trazemos são falsos, como ainda ontem a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou, então não podemos deixar de nos interrogar sobre quem é que nos serviços municipais anda a falsear os números que nos são fornecidos, mas mais do que isso e mais importante do que isso, como é que os eleitos, que são os únicos responsáveis pela sua apresentação nesta sede, aceitam e contemporizam com essa falsificação!

Imagine quem nos está a ouvir: os SMAS propõem-se investir, em 2025, menos 1.300.000.00€ (um milhão e trezentos mil euros) do que previram investir no orçamento para 2024. Em 2025, essa previsão passa dos já muito escassos 9.319.084.00€ (nove milhões trezentos e dezanove mil e oitenta e quatro euros) (como então a CDU denunciou), para apenas 8.017.834.00€ (oito milhões dezassete mil e oitocentos e trinta e quatro euros). Esta redução do montante de investimento previsto, é uma muito má notícia e uma realidade que não pode deixar de suscitar a nossa profunda preocupação e natural rejeição, pelo inevitável adiamento de investimentos essenciais na rede de abastecimento de água e saneamento em todo o Concelho, que uma vez mais traduz.

Não será demais lembrar os números que a ERSAR divulgou recentemente. Não é a CDU quem o diz, é mesmo a entidade reguladora do setor: em Almada, apenas 0,3% da rede com mais de dez anos foi renovada nos últimos cinco anos. Zero vírgula três por cento! Cinco anos!

Assim vai continuar a ser pelo menos mais um ano; um ano em que, no seu final, as infraestruturas também estarão um ano mais velhas e um ano mais degradadas. Isto é o que Almada e os Almadenses vivem desde há sete anos.

E esta realidade é tanto mais grave, quanto em 2017, quando o PS assumiu a presidência da Câmara Municipal e dos SMAS de Almada, estava em marcha um amplo programa de reabilitação dos sistemas de abastecimento



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de água e saneamento básico do Concelho de Almada, em particular da zona de Almada Velha onde as infraestruturas, nessa altura, em 2017, estavam a atingir o limite útil da sua vida. A Senhora Presidente da Câmara Municipal gosta de dizer que não conhece esse programa, não encontrou (ou não quis encontrar, para sermos francos) esses papéis, ou não teve paciência, naquela altura, para ler os papéis que a CDU lhe deixou.

Mas a verdade, é que esse programa e esse plano existiam, estavam em marcha, mas foram parados pela maioria do PS. O problema é que nunca mais foi esboçado, sequer, um programa alternativo; as infraestruturas já ultrapassaram o tempo útil expectável de vida, mas as necessárias intervenções de renovação das redes não se concretizam. Ano, após ano, após ano. Esse é que é o problema, e é mau, é muito grave! E também profundamente lamentável.

Perante este estado de coisas, perante a proposta uma vez mais manifestamente insuficiente que os SMAS nos apresentam para 2025, à CDU não resta outra opção senão rejeitar o caminho por onde o PS e a sua maioria pretendem empurrar o nosso Concelho, por manifesta desadequação à realidade, incapacidade de resposta positiva às necessidades objetivas de Almada e dos Almadenses, e por irresponsabilidade política perante a mais que previsível deterioração das infraestruturas instaladas no nosso território.

Dando expressão concreta à afirmação, que quotidianamente mais se confirma, de que com o PS, Almada vai de mal a pior, a CDU votará contra as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS para 2025.”

6.1.6 – O Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Pita (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos aqui hoje para debater as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Almada, um orçamento que está revestido de uma extrema importância, pois vem consubstanciar nele próprio, o arranque de uma série de projetos que são fundamentais para o progresso do nosso Concelho e na defesa dos interesses de todos os almadenses.

Mas deixem-me iniciar a minha intervenção por aquilo que considero ser as principais preocupações de quem tem responsabilidades autárquicas na gestão de um território tão vulnerável como são a Caparica e a Trafaria.

Este é o orçamento que vem concretizar o verdadeiro reforço da capacidade de resposta das Juntas de Freguesia, com a transferência das competências da Câmara Municipal de Almada para as Juntas de Freguesia.

Com a assinatura dos novos contratos Interadministrativos assinados em 2024, um instrumento de gestão e planeamento extremamente importante para a vida quotidiana das nossas Freguesias, foi possível as Juntas de Freguesia de Almada, avançarem com a aquisição de novas viaturas na recolha de monos e aparas de jardim, num investimento global de perto de 800.000.00€ (oitocentos mil euros), compra de viaturas para recolha de monos e aparas de jardim. Algo que não se via no Concelho de Almada há mais de quinze anos.

Este é o orçamento que prevê o reforço de verbas em perto de 30%, para as Juntas de Freguesia concretizarem competências tão importantes como: manutenção de espaços verdes, de enquadramento com um incremento de perto de 16%; na recolha de monos temos um incremento de perto de 30%; na gestão dos Mercados Municipais há um incremento de perto de 15%. Todas estas verbas são extremamente necessárias para o dia a dia da vivência das nossas Freguesias, de quem nelas trabalha e de quem delas depende.

Importa realçar ainda, tal como ontem foi aqui referido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, que este é um orçamento que prevê reforço de verbas para fazer face aos aumentos já previsto para os ordenados dos trabalhadores da Administração Pública. E não é demais reforçar, que os Quadros de Pessoal das Juntas de Freguesia estão também eles incrementados face aquilo que são delegações de competências que as Juntas de Freguesia hoje têm e que cumprem como a OCDE fez questão de realçar, de forma mais próxima junto das comunidades que delas dependem.

Mas há mais Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Este é um orçamento que vem permitir concretizar e avançar, a expansão do metro até à Costa da Caparica e Trafaria, a comunidade está extremamente dependente de maiores meios de transporte, mas também permite



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

a expansão do projeto REDUNA, um projeto tão importante para as comunidades que estão extremamente expostas ao risco de erosão costeira, como é o caso da Trafaria. Eu gostava que os Senhores Deputados conseguissem explicar a estas comunidades, qual é o tão grande motivo que leva a não permitir a viabilização de um orçamento que permite defender de forma intransigente, os interesses destas comunidades.

Mas é também um orçamento que vai permitir finalmente, concluir a execução de projetos de requalificação ao nível do espaço público municipal, previstos no projeto “O Meu Bairro”. Uma iniciativa de participação cidadã, em que milhares de almadenses votaram e participaram, esperando que os seus autarcas cumpram com o compromisso de garantir a renovação e a melhoria do seu espaço público.

Gostaria de terminar não sem antes recordar, todos os almadenses veem que as mesmas forças políticas que em sede da Assembleia de Freguesia, propuseram moções para a construção de um novo quartel da GNR, no Monte de Caparica, com a justificação da necessidade do reforço de segurança de pessoas e bens, são as mesmas forças políticas que hoje aqui, se preparam para não viabilizar um orçamento que permitirá o reforço da segurança no Concelho de Almada, com a criação da Polícia Municipal, o avanço de projetos de construção das centrais da Proteção Civil e Central Municipal de Operações de Socorro, são elas tão importantes para as nossas populações, nomeadamente, no que se refere a um território frágil como é a Caparica e a Trafaria.

Posto isto, eu gostava de dizer, que os caparicanos e os trafarienses, não irão certamente compreender tamanha incoerência política.”

6.1.7 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Durante dois mandatos, PS e PSD governaram o Concelho de Almada com base numa aliança que se bastava mutuamente, para garantir a maioria na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, sem dar a conhecer aos almadenses os termos políticos desse acordo.

Nunca ficou claro, se o objetivo dessa aliança foi de facto uma governação compartilhada ou apenas a distribuição de lugares no executivo. Sem qualquer negociação com outras forças políticas, este executivo do bloco central deliberou todas as decisões nas diversas áreas de governação durante sete anos, sem que se notasse qualquer divergência entre os partidos que o compõem. Este orçamento reflete as escolhas dessa maioria, foi um orçamento desenhado pelo executivo PS/PSD, e é a esses partidos que devem ser assacadas todas as responsabilidades da sua aprovação ou inviabilização.

Caso contrário, os almadenses apenas poderão lamentar a confiança que depositaram no acordo que morre tal como nasceu, sem transparência e subordinado a estratégias eleitorais.

Durante dois mandatos, o Bloco de Esquerda assumiu integralmente a responsabilidade de ser oposição a este executivo do Partido Socialista, do Partido Social Democrata. Estivemos sempre disponíveis para o diálogo, apresentamos dezenas de propostas que refletem o nosso programa e a confiança daqueles que nos escolheram, mais do que isso, procuramos representar as causas em que a Câmara Municipal falhou, como o direito à habitação, a justiça fiscal, os serviços públicos, a mobilidade e os transportes coletivos como barreira contra o caos climático, e assim seguiremos.”

6.1.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, efetivamente, ao longo deste último mandato, a Senhora teve aqui uma oportunidade falhada, teve uma oportunidade falhada para demonstrar aquilo que era capaz de fazer por Almada, as capacidades que tinha por Almada, e que sabia gerir um Concelho.

É uma responsabilidade única, como também Senhora Presidente, é da sua total responsabilidade o fracasso que está a ser este segundo mandato.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Justifica-se, Senhora Presidente, eu compreendo que seja bastante difícil estar no seu lugar neste momento, mas a culpa é sua Senhora Presidente. Falta de diálogo, exclui, afasta, não tem capacidade para gerir, não tem astúcia para governar, utiliza quando lhe dá jeito, e, portanto, Senhora Presidente, o último ano vai ser bastante difícil.

Depois, este orçamento ao fim ao cabo é um copy paste dos outros três anteriores. É o orçamento do blá, blá, que é o fala, fala, mas fazer está quieto já diz o povo. E como alguém já aqui disse: “agora é que é, para o ano é que é”, mesmo à Partido Socialista. O Partido Socialista é bom a fazer promessas, estudos, maquetes, mas os planos não saem da gaveta.

Como já foi aqui dito também, evidentemente, não venho aqui dizer que o Partido Socialista não fez nada, mas pegando nas palavras do seu ex-líder “é muito pouquinho” para aquilo que Almada merece.

Isto reflete a falta de estratégia, falta de planeamento, falta de organização, e sobretudo falta de conhecimento, falta de gostar de Almada e falta de vontade.

Vamos caminhar para o último ano, aquilo que o CDS-PP pede e que os almadenses também pedem, é que não utilize este chumbo do orçamento que é da sua responsabilidade, para se vitimizar. Tem de assumir as suas responsabilidades Senhora Presidente, isto é democracia e a democracia disse neste orçamento, que o orçamento não serve os destinos de Almada.

Portanto, eu quero deixar aqui uma questão que ainda não foi abordada nesta Assembleia Municipal.

Senhora Presidente, tem que dizer hoje, aqui, o que é que vai fazer agora. Se vai levar este orçamento através de duodécimos, penso que toda a gente sabe a que é que se refere, se vai fazer um novo orçamento e se vai dialogar e ouvir a oposição, e visto que agora já não tem a facção minoritária do Partido Social Democrata, para lhe dar esse apoio, e também faz parte do processo democrático, eu acho que todos nós aqui somos democráticos, e, portanto, Senhora Presidente, é preciso que nós saibamos, mas sobretudo os almadenses precisam de saber o que é que a Senhora Presidente vai agora fazer. Vai ser chumbado o orçamento e, portanto, aquilo que nós solicitamos é que a Senhora Presidente hoje diga aqui, não só a esta Assembleia Municipal, mas sobretudo aos almadenses o que é que pensa em fazer.

E já que se falou aqui também nalgumas citações, daquilo que a Senhora Presidente sabe fazer, é o cinema, que é atriz, olhe, lamento dizer Senhora Presidente, foi um erro de casting.”

6.1.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começando de uma forma muito sucinta, até porque ontem já respondi em parte à CDU, respondendo aqui ao Senhor Deputado Municipal João Galdes, eu só tenho alguma dificuldade às vezes de encontrar a coerência.

Ontem anotei que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço afirmava que tínhamos colocado investimento a mais no orçamento e que não o iríamos cumprir. Hoje o Senhor Deputado Municipal João Galdes, lamenta a redução de 14% do investimento. Eu gostaria de saber em que é que ficamos, ou está a mais, ou está a menos. Eu acho é que não pode estar as duas coisas.

Relativamente, ao tal famoso plano que nós nunca encontramos e que supostamente herdamos, há todo um programa de reabilitação dos SMAS no Centro de Almada, a Avenida do Cristo Rei só foi uma, neste momento estão a decorrer obras, aliás, quase a finalizar junto à Casa da Cerca, fazem todos parte do mesmo, penso que estamos a falar da mesma Almada Velha.

Mas quero agradecer naturalmente, todas as palavras dos Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal José Rocha e de uma forma muito breve.

Senhor Deputado Municipal José Rocha, podemos ter opiniões diversas sobre muitas matérias, agora não pode é dizer que não houve qualquer negociação, porque me ouviram mais uma vez dizer que, não só houve negociação, houve proposta de atribuição de pelouros, nomeadamente, o pelouro da habitação para o Bloco de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esquerda e o que o Bloco de Esquerda por duas vezes não aceitou. E aliás, já agora também esclarecer, que este ano não recebemos nenhum contributo, para grande pena nossa, do Bloco de Esquerda, não houve nenhum. Estão sempre a dizer que deram muitos contributos, mas não basta falar neles, normalmente as coisas têm que ser formalizadas.

Eu sobre fações do PSD não vou falar. Para mim o PSD é só um. Agora, de depois lá dentro há fações, eu sobre essa matéria naturalmente, não me vou pronunciar, é da responsabilidade de cada um.

Agora, não deixa de ser curioso Deputado Municipal Nuno Mendes, a primeira questão, se ouvir bem a minha intervenção, o que eu disse é que para o ano vamos começar a perceber o que é a concretização da extensão do metro e sim, contamos lançar já uma consulta pública sobre uma proposta de trajeto em fevereiro do ano que vem. Estou certa que lá estará para poder comentar. Nunca dissemos nem nunca o faremos, dizer que a Câmara Municipal vai financiar o metro, mas também não corremos o risco de ser contraditado e não dizer que uma obra daquela envergadura não possa vir a ter alguns custos acessórios para o Município, seria absolutamente improvável e impossível.

O que eu acho mais extraordinário, é factos. Então vamos a factos.

Eu tenho aqui um email que não tenho tempo para ler em concreto, que é o email que lhe foi enviado Senhor Deputado Municipal Paulo Sabino. E devo dizer que, se tivesse algum conhecimento do funcionamento da Câmara Municipal e é isso que me surpreende, que não tenha nenhum, saberia que os agendamentos são feitos, as propostas são recebidas à sexta-feira, o agendamento é feito à quarta-feira para a reunião de Câmara de segunda-feira. E nós falamos na sexta-feira e foi isso mesmo que lhe explicamos. E não só lhe falamos como numa negociação que aconteceu naturalmente, no fluir normal dos trabalhos, com aquele que é o representante do PSD com quem nós trabalhamos, não sabia que havia fações, não tenho tempo para me preocupar com as questões internas do PSD, ficamos surpreendidos por saber que afinal essas negociações, que houve conversas, ponderações, análises sérias, que aliás, levou a que houvesse uma aprovação em reunião de Câmara que os senhores decidiram não seguir, estão no seu direito, portanto, eu expliquei-lhe isso, fui surpreendida que o PSD afinal queria fazer propostas e avisei que precisávamos delas. O meu Chefe de Gabinete mandou-lhe um email no dia 22 de novembro, que era uma sexta-feira e respondemos de imediato, a dizer: ou fazem uma proposta concreta e explicamos também que por exemplo, no caso dos SMAS, não basta fazer estes dois papelinhos que aqui estão. No caso dos SMAS também há um procedimento, também tem que ser aprovado por um Conselho de Administração se sabe o que isso significa.

Eu não tenho tempo para ler todas as propostas que esta então nova fação do PSD faz. Mas basicamente era uma redução total das receitas da Câmara Municipal, que fizemos as contas que dava um total de redução fixa e permanente de 8.500.000.00€ (oito milhões e quinhentos mil euros). Mas não deixa de ser curioso que logo a seguir vamos reduzir os custos, mas logo a seguir naturalmente vamos pedir mais investimento, mais investimento e à custa de quem? Sustentabilidade financeira da Autarquias, onde é que o PSD propõe cortar? No Pessoal da Câmara Municipal, nos trabalhadores da Câmara Municipal, na redução do pessoal da Câmara Municipal, claro. Eu nem vou comentar quando dizem que há muitas nomeações políticas, que eu saiba não é nenhum vereador nosso, nem do mandato anterior nem do atual, que esteja a contas com a justiça por nomeações menos claras. E mais não digo.

Portanto, acho que deveriam pôr a mão na consciência, porque nenhum Vereador do Partido Socialista, é arguido em nenhum processo esse género. E que isto fique claro.

Agora, não deixa de ser curioso, é que no meio disto tudo, o que é que o PSD propõe para os SMAS e que está preocupadíssimo com o ambiente, e vou passar a ler: Revisão das tarifas dos SMAS para a higiene urbana, para tornar mais justo o pagamento do consumo, sobretudo para os grandes consumidores não domésticos, para a SOLVENA, para o Almada Fórum, é a quem o PSD que reduzir as taxas da higiene urbana. Esta fação do PSD. É isto que está aqui escrito.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A coisa mais extraordinária de todas é aquela que eu ouvi hoje. O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco fala de coerência, de conhecimento, o Senhor Deputado Nuno Mendes fala de medidas para apoio a famílias com filhos, cumprimento das promessas feitas.

O que eu acho extraordinário é ouvir isso da parte de quem? Ainda ontem, não sei se com ou sem consciência, votou o fim do IMI familiar. Portanto, é bom que todos os almadenses saibam que, graças ao CHEGA, ao CDS e ao PSD, o IMI familiar que era a devolução de 140.00€ (cento e quarenta euros) por família, deixou de existir por uma razão muito simples, chumbaram o ponto n.º 6 que instituía o IMI familiar. Convido todos a irem ver a votação, vão ver a gravação, com a competência de facto, que tem caracterizado esta nova direita, com o rigor que acham que têm, com a sabedoria que lhes veio de repente, e certamente com algum cabotinismo no caso da atuação teatral, já que estão sempre a falar dos meus dotes de atriz, deviam estudar um bocadinho melhor os papéis. Uma coisa vos anúncio, porque pelos vistos nem para isso têm competência, é que os senhores ontem votaram o fim do IMI familiar.

Portanto, Senhor Deputado António Pedro Maco, certamente hoje, depois dos elogios que me teceu, acho que poderá ir para casa pôr a mão na sua consciência, não só naquilo que disse, naquilo que disse no passado, naquilo que disse hoje e sobretudo naquilo que fez ontem.”

6.1.10 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, eu já disse, é má Presidente, tenta ser uma boa atriz, mas vem aqui e depois joga com as palavras. Senhora Presidente, não sei se o seu Chefe de Gabinete fez-lhe chegar a proposta do CDS onde permitia mais benefícios com o IMI familiar, que nós sempre andamos a defender.

Portanto, aquilo que perguntei é o que é que a Senhora Presidente vai fazer agora? Vai continuar a utilizar esse argumento e vitimizar-se? Vai para a televisão vitimizar-se? Usar o tempo de antena que tem onde fala de tudo menos de Almada? O que é que a Senhora Presidente vai fazer? Mas tem a oportunidade agora de tentar em conjunto com a oposição.

Aquilo que tenho para dizer Senhora Presidente, é que ainda não me respondeu e volto novamente a fazer a questão que é: o que é que a Senhora Presidente vai fazer com o chumbo do orçamento? Diga, tenha a coragem de dizer aqui o que é que vai fazer. Não fique calada e não vá lá para fora vitimizar-se, diga aqui perante esta Assembleia Municipal e perante os almadenses, o que a Senhora Presidente vai fazer com o chumbo do orçamento.”

6.1.11 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Temos muito tempo para conversar como é que vai ser o ano de 2025.”

6.1.12 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para deixar algumas notas relativamente à intervenção da Senhora Presidente sobre o que foi dito pelo Bloco de Esquerda na intervenção anterior.

Deixe-me dizer-lhe Senhora Presidente, que a primeira coisa que devia fazer era dizer a verdade aqui que é: o Bloco de Esquerda não fez propostas regularmente, o Bloco de Esquerda enviou propostas ano pós ano. Portanto, era bom que dissesse aqui a verdade, ficar-lhe-ia muito bem.

E para já também não lhe fica bem esse discurso de vitimização, a permanente culpabilização e responsabilização pelos problemas que Almada enfrenta e são muitos, é importante não culpabilizar os outros. E com isso o que a Senhora Presidente pretende de facto, é desviar a atenção da incompetência e da incapacidade da sua governação em dar as respostas que a população tanto precisa e exige. O que lhe ficaria



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

bem, Senhora Presidente, seria de mostrar alguma humildade política, reconhecendo e assumindo que a sua governação falhou com os almadenses e falhou em todas as frentes é tão simples quanto isso.”

6.1.13 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação do ponto 3.8 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da Wemob, E.M., S.A”, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova o Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da WEMOB, E.M., S.A., nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do n.º 2 do artigo 46.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro nos precisos termos da deliberação camarária de 25 de novembro, que aprovou a proposta n.º 2024-589-GP.

6.1.14 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação do ponto 3.9 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2025”, sendo a proposta rejeitada por maioria, com 20 votos contra, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP; 18 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

6.1.15 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação do ponto 3.10 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento para 2025 e Mapa de Pessoal do Município 2025”, sendo a proposta rejeitada por maioria, com 20 votos contra, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP; 18 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

6.1.16 – Para apresentar Declarações de Voto usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Lourenço (PS) e João Eduardo Galdes (CDU).

6.1.16.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista votou favoravelmente a proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2025 da Câmara Municipal de Almada, por se tratar de um orçamento de continuidade, um orçamento coerente com aquilo que tem sido o caminho percorrido desde 2017.

É a proposta que permite a concretização de projetos estruturantes para o Concelho de Almada, alguns deles há muitos anos, décadas mesmos, reivindicados pelas populações, e que em muito iriam melhorar as condições de vida das e dos almadenses.

Disso são exemplos os Centros de Saúde da Costa de Caparica e do Feijó, a Loja do Cidadão, o Centro de Recolha Animal, o Agroparque da Costa da Caparica, a reabilitação urbana a ser feita por todo o território. Mas esta não é a visão da maioria dos eleitos desta Assembleia Municipal, que acabou de chumbar esta proposta. Sim, mais do que rejeitar, esta Assembleia Municipal chumbou esta proposta e não há problema algum.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esta não foi a visão de todos com bem disse. E que fique bem claro para todas e para todos os que nos estão a ouvir, o Partido Socialista, aqui como em outros fóruns, respeita acima de qualquer outra coisa, aquilo que é a vontade do povo e que se consubstancia na composição dos órgãos democraticamente eleitos, órgãos esses que são compostos por diversos partidos e coligações, com determinada proporção e que permite a todo o momento formar maiorias.

Respeitar a vontade das maiorias, que se compõem de forma mais permanente, ou mais pontual, será sempre prioridade do Partido Socialista, como Partido defensor da liberdade e da democracia. E hoje a maioria decidiu chumbar esta proposta de orçamento.

Já todos percebemos quem mudou de posição e sobre isso nada mais temos a dizer.

E ao contrário daquilo que aqui foi dito, o Partido Socialista não se queixa, nem tão pouco se vitimiza com aquilo que aqui hoje aconteceu. É simplesmente, a democracia a funcionar. Hoje, aquilo que resultou da vontade da maioria, é que algumas propostas constantes neste Plano e Orçamento, terão muito possivelmente de ser adiadas. Mas, algumas decisões que foram deliberadas nestes dois dias, são inequívocas, e tal como já foi aqui dito pela Senhora Presidente de Câmara, por exemplo, todas as famílias deste Concelho com três ou mais dependentes, não poderão deduzir como faziam habitualmente, 140.00€ (cento e quarenta euros) ao seu IMI, aquilo que é designado por IMI familiar, proposta que tantas vezes aqui foi reivindicada e solicitada pela direita que desta vez decidiu penalizar estas mesmas famílias.

Esta é uma medida de apoio às famílias, que sempre foi defendida e que hoje foi chumbada. Mas, ainda assim, o Partido Socialista continuará focado a governar os destinos do Município com os instrumentos que tem ao seu alcance e sempre, mas sempre, no estrito cumprimento da Lei.

O Partido Socialista, hoje e sempre, procura soluções e trabalha com quem está disponível para trabalhar, essa foi a nossa postura desde início, quando em 2017, todos os partidos com assento no órgão executivo, foram convidados a assumir responsabilidades na gestão autárquica e que na altura, só o PSD aceitou assumir essa mesma responsabilidade. O que aqui hoje aconteceu, não desvia, nem desviará o Partido Socialista do seu caminho, continuar a cumprir o seu mandato, cumprir com a vontade da maioria dos almadenses que lhe deram a vitória autárquica em 2021, e trabalhar para a melhoria da qualidade de vida das suas populações e de todo o seu território, por Almada, pelos almadenses.”

6.1.16.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU votou contra os documentos que acabam de ser rejeitados, pela oitava vez, desde que o Partido Socialista é maioria em Almada.

Não foi por isso, por razões eleitoralistas, ao contrário do que hoje e ontem aqui foi afirmado, que o fizemos.

Mas por consideramos que estas propostas que o PS nos apresenta não servem o Concelho, não servem os almadenses, para além de raramente ou nunca, terem sido executadas como era desejável que o fossem.”

6.2 – Entrou-se no ponto 3.12 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento Concurso Limitado por prévia qualificação para celebração de um contrato de gestão de eficiência energética (ESE)”;

6.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS).

6.2.2.1 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trata-se de uma proposta para o início de procedimento limitado por prévia qualificação para celebração do contrato de gestão de eficiência energética.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Aqui como ficou dito pela Senhora Presidente de Câmara, é um trabalho partilhado da área da tutela do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, mas que depois prossegue no âmbito do património e compras para efetiva execução.

É necessário submeter no quadro da legislação em vigor este procedimento e abri-lo, referente à celebração do contrato de gestão aqui já identificado, para implementação de medidas de melhoria da eficiência energética no sistema de iluminação pública no Concelho de Almada e foi elaborado o respetivo processo de aquisição composto pelo convite à apresentação de propostas e o qual é devidamente integrado no programa de concurso e no caderno de encargos.

Naturalmente que o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro dirá de forma mais assertiva como se justifica e para que se justifica este procedimento, eu direi apenas que se pede à Assembleia Municipal que delibere determinar a abertura do presente procedimento, com o valor global máximo previsto de 38.202.756.18€ (trinta e oito milhões duzentos e dois mil setecentos e cinquenta e seis euros e dezoito cêntimos), designar o júri, atribuir competências específicas a esse mesmo júri e designar o Coordenador de Serviços do Departamento de Projetos e Obras em Espaço Público, o Senhor Eng.º Alexandre Cerdeira, ou quem o venha a substituir como gestor do presente contrato.”

6.2.2.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A justificação, tem sido até transmitido por todos os munícipes, que ao longo desta Sessão têm vindo aqui queixarem-se frequentemente precisamente, da questão da falta de luminosidade em algumas das ruas deste Município.

Não só estes munícipes que aqui vieram, nós próprios temos vindo a receber ao longo dos vários anos do mandato, as várias queixas relativamente a este tema que tem vindo a agonizar nos anos mais próximos.

Por isso, urge de facto, arranjar uma solução estrutural em face também da ausência de resposta da entidade com competência para a regularização desta situação.

Portanto, é um concurso que nós próprios viemos estruturá-lo para resolver esta questão, prevemos a substituição de trinta e três mil luminárias de todo o Concelho e prevê também, a concessão entre o período de quinze a vinte anos.

Agradeço e estou disponível naturalmente, para responder a qualquer questão que seja suscitada.”

6.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 36 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a autorização da realização da despesa plurianual no valor de € 38 202 756,18 (trinta e oito milhões duzentos e dois mil setecentos e cinquenta e seis euros e dezoito cêntimos), com IVA incluído, nos termos dos números 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho, repartida por 20 anos económicos, para celebração de contrato de gestão de eficiência energética (ESE), nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de outubro de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-475-DCOMP.

6.2.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) para anunciar que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Grupo Municipal do Partido CHEGA deliberou abster-se na presente votação, não por desconsiderar a relevância da modernização da iluminação pública do Concelho, que prevê a substituição de 33.768 (trinta e três mil setecentas e sessenta e oito) luminárias por tecnologia LED, permitindo uma estimada redução de 65% no consumo energético, mas por manifestar a sua descrença na competência deste executivo para gerir um concurso público desta magnitude, conforme ficou patente em ocasiões anteriores.

Este tema tem sido reiteradamente abordado, tanto por este grupo municipal como por outros intervenientes, denunciando a morosidade do executivo em lançar uma medida imprescindível para a promoção da eficiência energética no Município. É profundamente lamentável que iniciativas de tamanha importância para a sustentabilidade ambiental e a redução de custos energéticos tenham sido proteladas ao longo do tempo.

Manifestamos a nossa apreensão de que este procedimento possa incorrer nos mesmos erros observados noutros projetos, como o concurso das paragens de autocarros, marcado por atrasos significativos e pela admissão, por parte da Presidente desta Câmara Municipal, nesta mesma Assembleia Municipal, de que se tratava de um processo complexo que, ainda assim, não foi conduzido adequadamente desde o início. Este concurso permanece por concluir, obrigando os almadenses a enfrentar as intempéries sem as condições mínimas que merecem.”

6.3 – Entrou-se no ponto 3.13 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Emergência Externo (PEE) da Oz Energia”;

6.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS).

6.3.1.1 – Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como sabem Almada apresenta em termos de risco diferentes riscos e está sujeita ao nível da perigosidade na área da prevenção a múltiplos e diversos riscos.

O Plano que aqui vos apresentamos, consubstancia o regime de prevenção de acidentes graves, porque como sabeis, Almada tem diferentes indústrias SEVESO no nosso território.

Portanto, prevê para os estabelecimentos de nível de superior perigosidade, a existência de um Plano de Emergência Externo, obrigatório, cuja responsabilidade pela elaboração é da Câmara Municipal, a que se associa também o Plano de Emergência Interno que é obrigatório para as referidas empresas SEVESO.

A Oz Energia é uma indústria de nível superior de perigosidade, que se situa no Concelho de Almada e cujo Plano de Emergência Externo foi elaborado após disponibilização da informação pelo operador e posterior validação da mesma, pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a AHRESP – Associação da Hotelaria Restauração e Similares de Portugal, e pelo Operador e pela Câmara Municipal de Almada, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, o Plano agora vem à vossa consideração.

Percorreu até ao momento, as seguintes fases a saber: a 22 de março de 2022, a versão para consulta pública, foi apresentada em reunião ordinária da Comissão Municipal de Proteção Civil, tendo obtido parecer favorável. O período de consulta publicitado em Diário da República como é obrigatório, decorreu desde esta data e durante um período de trinta dias. Deste período não resultaram quaisquer contributos de acordo com o enunciado no Relatório de Consulta Pública. O Plano foi posteriormente submetido novamente à ANEPS para efeitos de emissão de parecer, da qual obteve parecer favorável a 19 de setembro de 2023.

Neste contexto, deverá agora, o Plano de Emergência Externo da Oz Energia, ser aprovado pela Assembleia Municipal, é o Órgão competente para a sua aprovação.

Portanto, Senhores e Senhoras Deputadas, é isto que está para vossa consideração.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei nº 65/2007 de 12 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2019 de 1 de abril, aprova o Plano de Emergência Externo (PEE) da Oz Energia, nos precisos termos da deliberação camarária de 4 de novembro de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-513-DPCIV.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.14 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Roteiro para a Ação Circular 2030”;

6.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.4.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A elaboração de documento estratégico “Roadmap para Almada, Cidade Circular Inteligente 2030”, adiante designado como “Roteiro para a Ação Circular 2030”, estamos a falar aqui de um Roteiro para uma Economia Circular, conferem uma estratégia Integrada da visão aspiracional de Almada, organizada sob um modelo de economia circular em 2030, com a dimensão prática do caminho que é necessário percorrer para a concretização desse futuro, e que começa pela definição de eixos estratégicos de atuação e de metas, que informam a tomada de decisão a diferentes níveis da política municipal.

Depois de definida uma proposta preliminar, foi definido avançar-se para uma fase de participação pública ao Roteiro para a Ação Circular 2030, que percorreu entre 19 de agosto e 6 de setembro de 2024, por meio de um formulário disponibilizado online no site da Câmara Municipal de Almada. Esta Ação de participação permitiu receber e compilar contributos, sobre a perceção da economia circular no nosso território e as necessidades da comunidade, tendo sido elaborado relatório da mesma que se anexa.

O que vos propomos aqui hoje, é no fundo, uma metodologia e um roteiro para começarmos a alterar todas as nossas práticas também ao nível do domínio da gestão municipal, ação municipal, da aquisições, para poder ao máximo, promover a tal economia circular e o que entendemos por economia circular entendemos uma economia que reduz o recurso a novos recursos, que aposta naquilo que é a recuperação, que cria circuitos de proximidade e, portanto, que valoriza até a produção de proximidade, tem variadíssimas ações, é das ações mais importantes para de facto, combatermos não apenas as alterações climáticas, mas sobretudo enfrentarmos o desafio de um futuro mais sustentável e mais saudável para os nossos filhos.”

6.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União da Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, aprova o Roteiro para a Ação Circular 2030, nos precisos termos da deliberação camarária de 4 de novembro de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-533-DPGA.

6.5 – Ficou consensualizado em reunião de Conferência de Representantes a apreciação em conjunto dos pontos 3.15 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo” e ponto 3.16 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

do Município de Almada para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo”, sendo retirada pelo proponente a proposta referente ao ponto 3.16;

6.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou pedir que seja retirada a proposta do ponto 3.16 da ordem de trabalhos, relativa à Costa da Caparica, porque o documento foi aprovado pelo executivo, mas a Assembleia de Freguesia só se vai realizar no dia 30, como ainda não foi aprovada em Assembleia de Freguesia, não está ainda em condições de ser votada nesta Assembleia Municipal, e assim que for aprovada na Assembleia de Freguesia voltaremos a trazer aqui à Assembleia Municipal.

Nesse sentido, vou fazer a apresentação daquele que é a atualização do contrato interadministrativo com a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, pela simples razão que, como sabem, a Charneca de Caparica e Sobreda e a Costa da Caparica, já têm uma série de competências delegadas, mas restam ainda contratos Interadministrativos, e o que trazemos hoje é não apenas uma atualização de valores, mas também a introdução de algumas competências ai não transferidas mas delegadas, que introduzimos nos contratos Interadministrativos seja do Laranjeiro Feijó, seja de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, e no Monte de Caparica Trafaria, e que dizem respeito a montantes relativos a limpeza de grafitis ou também algumas limpezas de envolventes. Da mesma maneira que também neste caso, alteramos o sistema relativamente à recolha de monos, havia um contrato de aluguer que já datava de há bastantes anos, e que aliás, se tem mostrado já obsoleta e ineficaz, e que substituímos esse contrato de aluguer, por uma verba no montante de 160.000.00€ (cento e sessenta mil euros) para aquisição de viaturas, para que as Uniões de Freguesia possam exercer o seu trabalho.

Nesse sentido, o que vos trazemos aqui, é aprovar a adenda ao contrato de delegação de competências e recursos, num montante global de 578.299,70€ (quinhentos e setenta e oito mil duzentos e noventa e nove euros e setenta cêntimos) onde também está prevista a verba para a promoção e salvaguarda.

Aprovar a despesa correspondente à aquisição de viaturas no âmbito da competência da recolha regular de monos e aparas de jardim, particulares, deixadas na via pública e cuja recolha seja solicitada pelos munícipes, a ser transferida numa única tranche e numa única vez, no montante global de 160.000.00€ (cento e sessenta mil euros).

No fundo, esta é a proposta que trazemos, o que se propõe aqui é agilizar e regularizar o mais possível estes montantes em termos transparentes e coerentes, para todas as Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia.

Eu quero dizer, como sabem nós acreditamos muito na delegação de competências, para que as competências passem a ser das Juntas e agradeço tanto à Costa da Caparica como à Charneca de Caparica e Sobreda, que assumiram essas competências. Não foi possível alargar essa delegação para todos, acreditamos que o serviço público no nosso Município se faz em estreita colaboração entre a Câmara Municipal e as Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia. Agradeço a disponibilidade de todos os executivos das Freguesias para este esforço comum, em todas as áreas, mas numa área particularmente sensível como ainda ontem abordamos que é a área da higiene urbana, e havendo dificuldades que nós sabemos e conhecemos bem por parte de algumas Juntas para essa tarefa, a Câmara Municipal vem reforçar as verbas para que possam exercer essa competência e vem naturalmente, garantir também, os equipamentos necessários para esse efeito.”

6.5.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira (PS).

6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação a esta proposta do ponto 3.15, nós queremos dizer alguma coisa porque achamos que é importante.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Câmara Municipal aprovou em 2020, sob propostas, a celebração deste contrato interadministrativo, que no fundo foram aprovados na altura dois, o da Charneca de Caparica e Sobreda, e o da Costa da Caparica, e que foram aprovados em 14 de dezembro 2020 e outorgados em 14 de janeiro de 2021.

Agora, o Município entendeu e bem, ser necessário adaptar e adequar esses contratos de delegação de competências que estão em vigor à data e a atual conjuntura financeira do país, reforçando estas Juntas de Freguesia, no caso concreto como ainda não foi aprovado em Assembleia de Freguesia da Costa da Caparica, só podemos então falar da Charneca de Caparica e Sobreda, as depois posteriormente será a Costa da Caparica, reforçando estas Freguesias e bem, com os recursos necessários para a execução dessas competências delegadas.

Estas duas adendas que aqui se trazem agora, são muito importantes porque vão reforçar essa competência e vão permitir a estas Juntas de Freguesia nomeadamente, à Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, o reforço do seu trabalho junto das populações e com o intuito de exercer essas competências que se visa delegar e agora propõem-se então aprovar esta adenda de contrato de delegação de competências e recursos, correspondentes acordado entre o Município de Almada e a Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, celebrado em 12 de janeiro de 2021, aprovar para esta União de Freguesias uma despesa que foi aprovada correspondente à delegação de competências e recursos no montante de 578.299,70€ (quinhentos e setenta e oito mil duzentos e noventa e nove euros e setenta cêntimos), o que é muito bom, até porque este tipo de delegação competências que o município delega na Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia está mais perto das populações, está mais perto dos problemas. E nesse sentido, é importante que se continue a trilhar este caminho.

Também referir que, pretende-se também a aprovação para esta União de Freguesias, de uma despesa correspondente à aquisição de viaturas no âmbito da competência de recolha regular de monos e aparas de jardins, deixados na via pública, e estamos a falar de montante 160.000.00€ (cento e sessenta mil euros). O que depois quando for também na Costa da Caparica, já estamos a falar de mais 160.000.00€ (cento e sessenta mil euros), estaremos a falar de 320.000.00€ (trezentos e vinte mil euro).

Ora, este reforço de verba é de facto, muito importante para estas Freguesias, principalmente para a Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, e nós eleitos pelo Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, congratulamo-nos por essa proposta.”

6.5.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta do ponto 3.15, aprovada por maioria, com 22 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 16 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a minuta de adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de dezembro de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-616-GP.

6.6 – Entrou-se no ponto 3.17 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

6.6.1 – Para apresentar a Informação da Atividade Municipal usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Informação que nós distribuímos é uma Informação relativa a setembro, outubro e novembro.

Iremos em breve, no final do ano ou no início do ano que vem, fazer mais uma Informação para os Senhores Deputados Municipais até com um balanço de todo o ano.

Eu devo dizer que, dado o adiantado da hora, eu se permitissem, todos os Senhores Deputados Municipais têm a Informação, nós estamos totalmente disponíveis para em caso de dúvida e penso que não seja necessário estar a repetir aquilo que os Senhores Deputados Municipais já têm convosco.

Nesse sentido, reservo o tempo para as respostas, como normalmente as perguntas não dizem respeito à Atividade, dizem respeito a outras matérias, estamos totalmente disponíveis para responder a qualquer pergunta que os Senhores Deputados Municipais queiram colocar.”

6.6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Galdes (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Pedro Celestino Pereira (BE), Marta Cortez dos Santos (PS), Pedro Miguel Pereira (BE), Luís Pedro Durão (PSD), Daniel Teixeira Silva (PS), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste ponto da ordem de trabalhos optamos por trazer uma matéria que, ultrapassando já o prazo de novembro a que a Informação que a Senhora Presidente da Câmara Municipal nos distribui diz respeito, consideramos suficientemente importante para aqui ser colocada.

Os documentos previsionais da atividade do Município em 2025, que discutimos e votámos nesta sessão da Assembleia Municipal, e que pela primeira vez na história do Poder Local Democrático em Almada, viram esta Assembleia Municipal rejeitar as Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal – um facto inédito, que se fica a dever, em primeira instância, à mais absoluta intransigência e arrogância na forma como o PS exerce o poder, e em segunda instância ao manifesto interesse político do PSD em tentar afastar-se, neste período pré-eleitoral, do pântano político em que Almada se transformou nos últimos sete anos, o qual, ainda que tenha como protagonista principal o PS, não deixou nunca de contar com o apoio e colaboração ativa do PSD –, esses documentos, dizia, são quase tão falaciosos e enganadores quanto o vídeo que a Senhora Presidente da Câmara Municipal entendeu colocar em circulação nas redes sociais, precisamente na véspera do início da discussão destes instrumentos de gestão fundamentais.

Os documentos que votámos são quase tão falaciosos e enganadores quanto esse vídeo, porque, apesar de tudo, não concentram um tão elevado número de inverdades e meias-verdades, como as que a Senhora Presidente foi capaz de apresentar os Almadenses nos dois minutos e quarenta e oito segundos que dura aquela peça de pura propaganda.

Não atingem o ponto de afirmar que a Câmara Municipal, está a construir centenas de habitações acessíveis no Concelho. Seria bom, muito bom mesmo, foi isso que o PS e a senhora prometeram aos Almadenses. Mas não corresponde à realidade dos factos. A Câmara Municipal está, neste momento, a construir, de habitação a custos controlados, 25 fogos na Quinta da Caneira (Sobreda, em duas empreitadas distintas de 9 e 16 fogos), 18 fogos na Quinta do Pombal (Caparica). Quanto aos 52 fogos previstos para a Quinta do Facho (Caparica), a construção ainda nem sequer teve início. Contando com estes últimos, são 95 fogos, que ficam muito aquém das centenas que a Senhora Presidente apregoa no vídeo!

Também não atingem o ponto de afirmar que estão em construção dois centros de saúde, um no Feijó e outro na Costa da Caparica. E não estão, Senhora Presidente, não estão! Seria bom, muito bom mesmo, até que já estivessem ambos construídos, como é reivindicação muito antiga das populações e dos órgãos autárquicos. Mas não corresponde, outra vez, à realidade dos factos: um, o da Costa da Caparica, viu o lançamento do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

concurso público para a sua construção ser deliberado pela Câmara Municipal na passada segunda-feira; o outro, o do Feijó, tinha já sido objeto de deliberação semelhante no passado dia 25 de novembro. Muita água irá passar debaixo das pontes antes de, contrariando a sua afirmação no vídeo, estes dois equipamentos essenciais estarem efetivamente em construção. O que se lamenta, obviamente; o atraso na construção, e a sua afirmação!

Estes documentos não atingem, ainda, o ponto de afirmar que a Loja do Cidadão, outra reivindicação muito antiga das populações – sempre negada pelos sucessivos governos até 2017, é bom que não nos esqueçamos – , está em construção. Seria bom, muito bom mesmo, porque esta é outra promessa do PS e da senhora aos Almadenses. Mas de novo, diverge diametralmente da realidade dos factos.

Ainda na passada segunda-feira, a Câmara Municipal deliberou não adjudicar esta obra (por ausência de interessados), e fez disparar o seu custo para uns obscenos, perdoe-se a expressão, mais de 6.700.000.00€ (seis milhões e setecentos mil euros) (sem IVA). Comparando aquilo que esta obra, destinada a albergar serviços que são da responsabilidade do Estado Central no essencial, vai custar aos almadenses (sim, no essencial vai custar aos almadenses, porque o que o PRR prevê como financiamento para este investimento fica-se pelos 900.000.00€ (novecentos mil euros), com aquilo que serão os custos previstos para a construção dos dois centros de saúde de que já falámos 2.800.000.00€ (dois milhões e oitocentos mil euros) o do Feijó e 4.100.000.00€ (quatro milhões e cem mil euros) o da Costa da Caparica, sem IVA, não podemos deixar de nos espantar, e seriamente nos preocuparmos, pelo facto desta Loja do Cidadão, reitero, destinada a albergar serviços da responsabilidade do Estado, representar um custo praticamente idêntico à soma dos custos dos dois centros de saúde! Algo não está bem contado em toda esta história.

Bom, mas o Agroparque, que a Senhora Presidente afirma estar em construção, também não corresponde à realidade dos factos. Foi também na passada segunda-feira que a Câmara Municipal deliberou o lançamento dos procedimentos de concurso público para a construção do edifício de apoio e de uma pequena parcela do espaço público deste Agroparque.

E o que dizer do Centro de Recolha Oficial de Animais, que no vídeo e nas palavras da Senhora Presidente parece encontrar-se em franca e acelerada concretização. Pois, seria bom, mesmo muito bom, mais uma promessa do PS e da senhora aos Almadenses. Mas também mais uma vez, estas afirmações não aderem, minimamente, à realidade dos factos. Ao que parece, palavras da Senhora Presidente, haverá problemas com o projeto e com o projetista. E assim se consumiram, neste processo, sete anos de nada fazer, ao fim dos quais ouvimos, ainda ontem, a Senhora Presidente garantir (não notámos se a pés juntos...), que está tudo arrumado, só não nos mostrava o projeto final porque ainda não o tinha recebido, mas que desta é que é, desta é que vai ser mesmo.

E podíamos continuar por aí fora, tal o número de “factos” de pura realidade virtual, que a Senhora Presidente colocou perante os Almadenses naquele vídeo.

Justifica-se, uma última referência; diz a senhora, sempre no tal vídeo, que lançou o primeiro programa de apoio ao arrendamento do município de Almada, o designado programa “Casa em Almada”. Aqui, Senhora Presidente, não podemos deixar de lhe dizer, olhos nos olhos e com todas as letras, que a senhora falta deliberadamente à verdade. Entre 2014 e 2017, nos tempos negros da troika que, sintomaticamente, o seu partido apoiou, a Câmara Municipal de Almada desenvolveu um intenso programa de apoio ao arrendamento. Nesse quadro, salvou mais de 1200 agregados familiares de perderem as suas habitações! Compreendemos que a senhora não se sinta confortável em comparar esses números que a CDU consegue apresentar, com os escassos 60 agregados familiares que, na versão ensaio desta medida, a sua maioria foi capaz de apoiar até ao momento. Sete anos, mais uma vez sete anos, depois de se ter instalado na presidência da Câmara Municipal.

Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Senhora parece ficar muito incomodada pelo facto de, a pouco mais de nove meses das eleições autárquicas que se realizarão em 2025, as diferentes forças políticas se posicionarem no terreno afirmando, de forma totalmente legítima e no respeito integral pelos princípios e valores da nossa Democracia, as suas propostas e convicções políticas.

Mas pelos vistos, nada a incomoda a si, Senhora Presidente da Câmara Municipal, tomar posições políticas e transmitir publicamente essas posições através do recurso, que consideramos, aliás, mais do que discutível, até



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

mesmo abusivo, de instrumentos de informação e comunicação que deveriam ser colocados, permanentemente, ao serviço de todos os Almadenses e não apenas da Senhora Presidente da Câmara Municipal, como são inquestionavelmente os casos do vídeo que aqui referimos expressamente, mas também a última edição da Revista Municipal, na qual a Senhora Presidente, para além da longuíssima “entrevista” de que é protagonista, ocupa um número desmesurado de páginas daquela edição. Contando com a entrevista, são 18 páginas de propaganda política do PS trazidas a lume pelo principal meio de comunicação da Câmara Municipal, e isso não parece ser nada razoável.”

6.6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os desafios que enfrentamos na nossa Cidade são imensos como já temos reportado várias vezes e sentidos pelas populações no geral.

Podíamos estar aqui durante algumas horas a falar sobre a limpeza da Cidade que continua num estado lastimável, ou sobre outros problemas que afligem todos os almadenses.

No entanto, hoje vamos nos focar na falta de luminosidade.

Nas ruas de Almada é sentida a falta de luminosidade e sentida a insegurança criada pela mesma.

Vão os almadenses ficar a aguardar pelo concurso público e vai o mesmo servir de desculpa para que as luzes existentes não sejam reparadas e mantidas? Ou vão os almadenses poder ter as luzes onde é necessário?

Qual é o plano do Município para o contínuo avanço das construções ilegais? Em diversos locais do nosso Concelho, estão neste momento em construção mais habitações, não percebe o executivo que enquanto mais forem construídas, mais caro e demorado será a sua erradicação e remoção? É que não vemos qualquer ação proativa do executivo para a sua interrupção.

Relativamente à sinalética e às ruas da Cidade, temos tido imensas queixas de falta de sinais, ruas sem passeadeiras, passeadeiras por pintar, lombas por construir.

Qual é o justificativo que o executivo tem neste momento para o estado em que a via pública se encontra?”

6.6.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Galdes, eu fico espantadíssima porque é que dois minutos e quarenta e oito, segundos, causam tanto incomodo. Mas mesmo assim, como é curtinho convido-o a voltar a ver, porque tudo o que eu lá menciono é tudo o que está previsto nas rúbricas do orçamento. Tudo. E não me verá em lado nenhum, estar a dizer que já estava tudo concluído, nem em pleno folgo, em lado nenhum, essa expressão. Portanto, eu sei que o Senhor Deputado Municipal João Galdes, às vezes tem alguma dificuldade em ouvir serenamente o que eu digo. Mas, também são só dois minutos e quarenta e oito segundos, e convido-o a ver serenamente e verá que as interpretações que aqui trouxe, não correspondem a nada do que está no vídeo. Não há nada naquele vídeo que eu diga, que não esteja presente na proposta que ainda há pouco os senhores avaliaram e chumbaram. Eu sei que podem estar incomodados por terem chumbado o orçamento devido a todos os projetos que lá estão, mas como dizia e muito bem a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, é a democracia. Não há aqui nem vítimas, nem carrascos, cada um assume as suas posições, cada um defende as suas posições, quem vai julgar são os almadenses, sempre. E é para eles que nós trabalhamos e é a eles que nós prestamos contas. Tudo o que está naquele vídeo, está objetivamente na proposta de orçamento que foi chumbada. Mas também lhe garanto aqui, uma coisa pode ter a certeza, não é por os senhores chumbarem que nós não continuaremos a lutar para conseguir cumprir todos os compromissos que assumimos com os almadenses. Todos. Será mais difícil? Será mais complicado? Teremos que ter ainda mais engenho e arte, para citar grandes poetas? Certamente, isso lhe garanto. Agora, relativamente a faltar à verdade, disse o Senhor Deputado João Galdes, que era uma novidade o chumbo de um orçamento. Pois, tenho aqui a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira que chumbou um orçamento da CDU, e penso que o Senhor Vereador Nuno



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Matias também. Portanto, não sou eu que lhe vou reavivar a memória da governação da CDU, e dos chumbos, não sei se houve um, se houve dois, para o efeito também não me parece que seja relevante.

Agora, já que tanto pede rigor, verdade, essas questões todas, então já agora também diga a verdade. Não, não é uma originalidade que nós estamos aqui a viver.

Relativamente às outras questões, da falta de iluminação, eu depois poderei voltar a passar a palavra ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.

Relativamente às construções ilegais, eu não posso é deixar que se diga que a Câmara Municipal nada tem feito. Pelo contrário, já praticamente não existe o Bairro na Costa da Caparica, que era um dos nossos grandes bairros mais degradados. E temos insistido a todo o momento, com uma grande preocupação à construção daquele Bairro que se chama Penajóia. Já falámos várias vezes, já falámos da responsabilidade do IHRU, e a prova de que não só nos limitamos a protestar, nem a escrever, é que não apenas os SMAS já o fizeram, mas nós próprios já apresentamos uma queixa crime relativamente ao IHRU por ter deixado aquele bairro acontecer nesses montantes. Mas também quero dar aqui uma nota que é, chegarmos ao absurdo e já o disse em reunião de Câmara, chegarmos ao absurdo de o IHRU não nos responder, não responde a todos os nossos emails, e, portanto, são as associações de moradores que convidam a Câmara Municipal a estar presente nas reuniões e Câmara Municipal nunca faltou às reuniões com os moradores. Uma vez a Câmara Municipal chegou, começou a falar e o IHRU ausentou-se.

Portanto, volto a dizer, a Câmara Municipal não foge às suas responsabilidades, toma medidas concretas, e partilha da indignação de todos os almadenses quando veem o que está a acontecer naquela zona. E mais, também responde positivamente, naquilo que são as suas competências e as suas possibilidades aquelas pessoas do ponto de vista social e de preocupação humanitária. Agora, não vai substituir-se ao Estado naquilo que é a sua obrigação.”

6.6.2.4 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às preocupações manifestadas pelo Senhor Deputado Municipal do Partido CHEGA, relativamente à rede viária e à iluminação, penso que ao longo desta Sessão várias vezes foi referida a questão da reabilitação continua que tem sido feita na infraestrutura viária, brevemente começará mais uma série de vias a serem reparadas. Ainda há quinze dias atrás, visitamos uma operação que estamos a fazer de reabilitação e que as pessoas choravam, que nem acreditavam que uma promessa que era falada há 40 anos, que finalmente a Câmara Municipal está a dar resposta.

Portanto, é um trabalho que tem sido feito em continuidade ao longo dos anos.

Relativamente à questão e preocupação da iluminação. É uma realidade, foi agora aprovado por esta Assembleia Municipal, e estranhamente com a abstenção dos votos do CHEGA, precisamente o lançamento de um concurso que visa resolver estruturalmente o problema da questão da iluminação pública em Almada.”

6.6.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Falemos de alguns problemas de Almada.

Começando pelos transportes públicos voltamos aos abrigos das paragens dos autocarros, conhecemos as desculpas, mas também vemos e ouvimos as pessoas cansadas do trabalho, idosas, ou com crianças que continuam a esperar à chuva, ao frio, ao sol e ao calor enquanto esperam por um autocarro, pois os abrigos muitas vezes não existem.

É de ressaltar que em muitos dos casos os abrigos existentes são pequenos e insuficientes, basta passar por Cacilhas à hora de ponta ou à noite para o constatar, ou no Centro Sul, ou em muitos outros pontos de Almada. Sabemos que responderá com concursos públicos, mas isso não interessa a quem está à chuva.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Cada vez mais temos a impressão que por esta altura teria sido mais rápido se a própria Câmara Municipal tivesse construído a fábrica para fazer os abrigos e resolver o problema.

Outro, mais recente, a Fertagus felizmente aumentou a frequência das carreiras de comboios, algo essencial e pedido há muito pelas pessoas. No entanto, para tapar o pescoço destapou os pés e o número de carruagens diminuiu para metade. Isto trouxe problemas aos e às almadenses, pois muitas vezes as carruagens já chegam cheias, fazendo com que os munícipes que utilizam as estações do Pragal e de Corroios não consigam transportes a tempo e horas.

Sabemos que não é uma competência direta da Câmara Municipal, mas queremos saber quais as diligências que pretende empreender para resolver este problema e reforçar a necessidade imperativa de haver mais material circulante, carruagens e trabalhadores, para que a oferta se adeque à procura.

Acresce a isto que os novos barcos ainda não apareceram, mas continuam as imensas supressões de carreiras entre Almada e Lisboa, fazendo a vida de quem usa ou depende dos transportes públicos um desperdício de tempo à espera, enquanto aumenta o cansaço, o stress e diminui no geral a qualidade de vida.

Um adágio que bem se aplica aos transportes públicos em Almada é o de “quem espera, desespera”.

Falemos também da habitação municipal a partir de um caso particular, para exemplificar a eficácia geral do executivo neste departamento. Há 2 anos e 2 meses na Quinta do Chegadinho, na rua Almada Negreiros, ardeu um apartamento da Câmara. Com a crise de habitação municipal era de esperar que o apartamento já estivesse restaurado e a ser utilizado. Mas não, a verdade é que nem as janelas foram fechadas, acho que não é preciso nenhum concurso público para as fechar. Há 2 anos que entra chuva, humidade, pombos e outros animais pelas janelas adentro daquela casa devastada pelo fogo. Um perigo para a saúde pública. As limpezas e arranjos da escada continuam por fazer, tal como nas casas vizinhas cujos danos sofridos continuam por reparar ou ressarcir. Ainda que as pessoas acreditam e assim nos parece, que a marquise e vidros do apartamento estão em risco de cair na rua, eventualmente em cima de alguém.

Quando é que esta situação se resolverá? Aparentemente ninguém sabe, mas infelizmente, é uma boa representação geral da eficiência do executivo na questão da habitação camarária.

O lixo continua a ser também uma das grandes queixas da população e não nos deixemos enganar, não foi toda uma população que de repente deixou de saber seguir as regras de higiene urbana básica, ao contrário do que nos podem dizer. O problema é mesmo a falta de recolha e limpeza por parte da Câmara Municipal, infelizmente é fácil de confirmar esta realidade, basta ver ou cheirar a rua e observar os ratos e baratas a passear nas mesmas, ou então abrir as redes sociais e ver todas as queixas e relatos nos canais da própria Câmara.

Este é um problema de saúde pública, potenciado pelo lixo indiferenciado, visto não ser o cartão, o vidro ou o entulho que os ratos comem, é sim o lixo indiferenciado o qual é responsabilidade da Câmara. Até quando tem Almada que viver com este martírio da insalubridade geral? Até quando as folhas caídas das árvores continuarão a pôr em risco de queda a população mais idosa, como nos foi relatado aqui, anteontem por uma munícipe? Já agora, a queda das folhas das árvores também é culpa das pessoas?

Que diligências está o executivo a preparar para lidar com a maior produção de resíduos na época festiva? Infelizmente, a Câmara Municipal não pretende realmente resolver este assunto, o qual só se resolverá com mais trabalhadores, mais bem pagos e com melhores condições, tal como com mais e melhores equipamentos.

A solução que a Câmara Municipal apresentava de reforçar os serviços com meios externos concessionados e privados, seria apenas um penso rápido e de curta duração, quem sabe com a duração de apenas de um ano de eleições autárquicas.

Outra situação que cada vez mais nos é relatada tem a ver com a saúde. Nomeadamente no acesso a meios complementares de diagnóstico e tratamentos como a fisioterapia. Infelizmente a maioria destes foram externalizados e são realizados fora do SNS em clínicas privadas com acordos em que o SNS comparticipa, ou seja, paga ao privado o exame ou tratamento em questão, algo que o Bloco de Esquerda sempre rejeitou. No entanto, são cada vez mais as clínicas em Almada que não têm acordos com o SNS para diversos exames e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

tratamentos. Sendo que, algumas das que ainda têm, apresentam listas de espera ou tratamento diferenciado para o utente do SNS relativamente aos restantes. Sabendo que esta questão não está sob alçada direta da Câmara Municipal, queremos perguntar se o executivo está ciente desta situação? E queremos saber quais as diligências que o executivo fará junto ao Ministério da Saúde para garantir que os munícipes de Almada têm acesso e pleno direito a uma saúde de qualidade e celeridade. De preferência providenciada diretamente pelo SNS.

Por fim, não sabemos quais destes problemas a polícia municipal irá resolver, apesar de o PS estar empenhado em oferecê-la a um PSD cada vez mais parecido ao Chega. Mas de uma coisa estamos certos, este não é o estado em que Almada gostaria de estar.”

6.6.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me começar esta intervenção destacando o percurso que este executivo tem trilhado nos últimos três meses.

É necessário sim, reconhecer o progresso alcançado e os esforços que têm consolidado Almada como um Concelho de referência na sustentabilidade, inclusão e inovação. Não confundamos, aquele que deve ser o trabalho construtivo da oposição, com o desmerecimento do trabalho deste executivo e dos serviços.

A prioridade dada à habitação merece especial menção com a entrega das novas casas e a assinatura de contratos de habitação municipal. Estas ações, aliadas ao reforço das obras de reabilitação habitacional, reafirmam o compromisso do Partido Socialista, em garantir condições dignas para todos os almadenses. Destaco ainda, aquele que já foi mencionado aqui hoje, o programa Casa Almada, o regime de apoio financeiro ao arrendamento da habitação, que visa apoiar os agregados familiares que enfrentam dificuldades em aceder ao mercado do arrendamento para habitação permanente.

Gostaria também de salientar, as candidaturas submetidas no âmbito do PRR, bem como a gestão contínua que tem sido feita dos núcleos de habitação precária nos bairros das Terras do Abreu e das Terras do Lelo Martins, na Costa da Caparica, como medidas cruciais para garantir a dignidade habitacional no nosso Concelho que não podem ser esquecidas.

A inauguração do CRIA – Centro de Respostas Integradas de Almada na Trafaria, é outro marco significativo, este Centro é sim uma resposta às necessidades dos cidadãos mais vulneráveis, oferecendo serviços que vão desde apoio psicológico para crianças e jovens, até consultas de saúde oral e rastreios, absolutas necessidades.

Ao nível da educação, a reabilitação da Escola Maria Rosa Colaço, demonstra também um investimento contínuo no futuro das nossas crianças e jovens, enquanto que a Segunda Gala da Educação, veio mais uma vez demonstrar e quão importante é reconhecer os profissionais e os estudantes, que contribuem para o progresso social do nosso Concelho e para o seu futuro.

Ao nível da mobilidade, os avanços nas discussões sobre a extensão do metro à Costa da Caparica e Trafaria, sublinhem o empenho deste executivo em ver concretizada uma visão estratégica, para um futuro mais conectado e acessível, promovendo simultaneamente a sustentabilidade e a mobilidade urbana.

Os últimos meses viram também o avanço nos Núcleos de Energia Renovável, os NER, e, portanto, ao nível do ambiente, esta Câmara Municipal concretizou a instalação de painéis fotovoltaicos no âmbito do NER Três Vales e iniciou a preparação NER Almada Centro, que inclui o reforço dos painéis fotovoltaicos na cobertura do Fórum Romeu Correia.

Este é mais um exemplo de como Almada se esforça por estar na linha da frente na transição energética.

Ao nível da cultura, Almada continua a prosperar com iniciativas que enaltecem a nossa identidade e a dinamizar a nossa vida comunitária. Entre as quais gostaria de destacar a exposição temporária no Museu de Almada Casa da Cidade, convido todos a irem ver, Filhos do Meio e Pop à Margem, a Mostra de Teatro de Almada e ainda o programa Há Música na Casa da Cerca.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ao nível do desporto, eventos como a Meia Maratona de Almada e o Almada Extreme Sprint, demonstram como o desporto pode ser simultaneamente um motor de integração social e a dinamização turística, atraindo pessoas de outros Concelhos.

Destaco ainda, a celebração da Semana Europeia do Desporto e a continuidade e reforço dos diversos programas municipais de atividade física e desporto, que promovem a participação dos cidadãos como o Alma Sénior e que são tão importantes para a saúde dos almadenses.

Estes são apenas alguns dos exemplos dos últimos meses de uma gestão municipal empenhada em transformar Almada num lugar onde a tradição e a inovação convivem em harmonia e onde a população tem gosto em viver.

Este progresso é possível graças ao envolvimento de todos, do executivo e da comunidade local. E por isso, convido todos os municípios a continuarem a participar ativamente, na vida do nosso município, para que em conjunto com o trabalho deste executivo possamos consolidar este projeto coletivo e em constante evolução que é Almada.”

6.6.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, a desculpa dos terrenos do IHRU não serve para todas as situações. Se a Senhora Presidente sair mais do Gabinete e da Capitão Leitão, e for dar uma volta mais por Almada como os eleitos do CHEGA fazem, vai conseguir perceber que existem muitos outros sítios onde estão a aparecer habitações ilegais e que não são terrenos do IHRU. Mas podemos depois fornecer algumas imagens de alguns sítios para ter noção.

Relativamente à proposta da luminária. Nós defendemos totalmente a proposta, defendemos totalmente a criação e a substituição dos sistemas energéticos de iluminação mais eficientes. Nós não achamos é que o executivo tenha competência para fazer este concurso público, como se demonstrou nos outros concursos públicos de dimensão semelhante como por exemplo, as faladas agora pelo colega sobre as paragens. Vimos o que aconteceu.

Nós não confiamos é na capacidade do executivo de levar este concurso a bom porto e a nossa abstenção é unicamente nesse sentido. Achamos que é um projeto que faz falta, não confiamos é na execução da parte do executivo.

Relativamente ainda a esta pergunta, a parte critica que eu questionei foi se o concurso vai servir de desculpa para não se reparar a iluminação que existe hoje em dia, porque foi a questão que coloquei. Nas zonas onde não há luz, vamos estar à espera das Leds, do concurso público para o fazer ou vamos já, neste momento resolver as necessidades dos almadenses?”

6.6.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não era para intervir, mas depois de ouvir aquilo que foi aqui dito tenho de dizer algumas palavras.

Ouvindo os Deputados Municipais, ficamos com a sensação que metade acha em Almada nada se faz, e os Deputados do Partido Socialista têm uma opinião contrária. Mas esses é que estão certos. E basta olhar para aquilo que nos rodeia. Evoca-se também aqui, os tempos da Troika, mas o que é curioso é que quem evocou aqui os tempos da Troika foi um partido político que foi um dos responsáveis pela Troika vir, porque chumbaram o orçamento do PS. São factos, e históricos.

Senhora Presidente, agora vou-me dirigir diretamente a si, para lhe dizer que o que aqui se tenta, é que a Senhora baixe os braços. Mas eu sei que não vai baixar os braços, porque a Senhora é uma mulher de armas.

E referindo também muito o que a minha camarada Marta Cortez disse há pouco, é que nós estamos aqui a falar neste ponto 3.17, da Atividade da Câmara Municipal, nos últimos meses, e a Câmara Municipal fez coisas extraordinárias, eu tenho acompanhado, a Senhora Presidente sabe que eu acompanho. Aliás, também vi esse



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

vídeo, e o vídeo é de tal forma explicativo que eu o vi várias vezes, vi em várias plataformas. E fez bem em partilhar esse vídeo por toda Web.

Mas já agora, recordemo-nos daquilo que é feito, a formalização dos contratos para habitação municipais, a intensificação das obras de reabilitação habitacional, o CRIA, já aqui referido. O CRIA, que coisa fantástica Senhora Presidente, a reabilitação da Escola Maria Rosa Colaço, a Segunda Gala da Educação, o trabalho para a extensão do Metro à Costa da Caparica e à Trafaria, a reunião com a Administração do Porto de Lisboa para a intervenção no Olho de Boi, tão importante, a relevância que têm as Terras da Costa, um território abandonado por 50 anos ou mais, e agora com a sua gestão está a ganhar um novo impulso e ainda bem. O Mês da Pessoa Idosa, fala-se muito dos idosos, mas Câmara Municipal faz. A Meia Maratona de Almada, o Almada Extreme Sprint que começa a ter uma projeção absolutamente fascinante. A Gala do Desporto, em colaboração com a Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e com o Senhor Presidente da Junta Pedro Matias. O almoço convívio sénior, o encontro anual dos Bombeiros do Distrito de Setúbal, o concurso gastronómico Sabores de Almada, cada vez mais pujante, e a vibrante Trafaria Comprova, uma coisa absolutamente fantástica. O Festival Internacional de Arte Contemporânea, que corre e correu no Convento dos Capuchos. O reconhecimento do Cante Alentejano, reconhecimento pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, e também pela Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó.

Ou seja, Senhora Presidente, o Município de Almada está no bom caminho. E espera-se que a Senhora Presidente continue esse excelente trabalho que está a fazer, e não se preocupe Senhora Presidente, porque em outubro, daqui por menos de dez meses, vamos ter nova Presidente, mas será a mesma, Inês de Medeiros.”

6.6.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu depois desta intervenção do Senhor Deputado Pedro Dias Pereira, desconfio que ele vai ser o próximo advogado de José Sócrates, mas isto é um pequeno à parte.

Agora, coisas a sério.

A noite vai longa e eu vou ser muito conciso nas minhas questões que são novamente referentes a temas já abordados em outras Assembleia Municipais.

A primeira questão é sobre o Pavilhão do Ginásio Clube do Sul, como sabem o PSD efetuou um requerimento com caráter de urgência sobre o tema, solicitando a documentação e informações relevantes.

Na passada quarta-feira, a Senhora Presidente referiu que ainda não tinha sido dada resposta, porque o tema era complexo e para ficar claro aos almadenses, o PSD informa o que é que solicitou:

Primeiro, a disponibilização de todos os acordos e contratos celebrados entre o Ginásio Clube do Sul e a Câmara Municipal sobre o tema;

Segundo, informação sobre a atual situação jurídico patrimonial do terreno, edifício, natureza dos direitos e respetivos titulares, onde se encontra o Pavilhão Gimnodesportivo do Ginásio Clube do Sul, acompanhado da última documentação matricial e de registo predial conhecida da Câmara Municipal de Almada, referente aos direitos de propriedade ou superfície e outros ónus e encargos sobre o terreno, edifício onde se encontra o edificado aquele gimnodesportivo.

E por fim, toda a documentação complementar que se afigure relevante sobre o assunto para a análise dos Deputados Municipais, incluindo pareceres jurídico, despacho, as atas de reuniões de Câmara relacionadas com a matéria em apreço.

Assim questiono, qual é a complexidade de ir à sala de arquivo e solicitar estas informações ou ir ao Gabinete jurídico. Pergunto quanto tempo mais temos de esperar por uma resposta? Pedimos também um ponto de situação sobre este tema.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No que respeita a temas de segurança. É notório que o último trimestre foi marcado por tumultos e situações de criminalidade violenta.

São exemplos os sucessivos incêndios em viaturas particulares, bem como dois ataques ao Metro Sul do Tejo, onde tiros foram disparados, estilhaçando os vidros das carruagens. Felizmente, não houve feridos, mas instalou-se o pânico entre os passageiros.

A Presidente da Câmara afirmou que, “acredita que a situação está controlada, mas admite a preocupação”.

Depois destas palavras pergunto qual foi o fundamento para dizer que a situação está controlada, falou com a PSP? Algum suspeito foi identificado ou detido? A Câmara Municipal tomou alguma medida extraordinária?

Agradecemos também esclarecimentos sobre este tema.

E por último, deixo esta oportunidade para desejar a todos um Feliz Natal, gostaria de aproveitar esta época natalícia também para expressar um desejo que tenho para os cidadãos de Almada, para uma cidade com futuro, uma cidade onde fosse possível viver e trabalhar, onde amigos e vizinhos não precisem sair do Concelho para encontrar oportunidades, uma Cidade onde o Município se empenhe na promoção de projetos como requalificação urbana da Lisnave e do Ginjal, uma cidade onde o Metro até à Costa da Caparica fosse uma realidade e já que mencionamos a Costa da Caparica, uma Cidade onde o Transpraia voltasse a funcionar.

E se não fosse pedir demasiado, um Presidente de Junta de Freguesia da Costa da Caparica, que não tenha alegadamente problemas com a justiça e que compreendesse o verdadeiro sentido da palavra responsabilidade.

Queremos uma Cidade para todos os jovens, onde possam discutir e apresentar as suas casas, seja no Conselho Municipal de Juventude, seja na Assembleia Municipal, porque esta também é a sua casa.

Pedimos mais projetos, mas que estes não fiquem apenas nas mesas dos projetistas, arquitetos, em maquetes PowerPoint e primeiras pedras.

Por último, com a devida ousadia, gostaria também de pedir uma prenda eu próprio aos almadenses, já que apesar de ser jovem, já não tenho idade para acreditar nas mentiras das prendas do Pai Natal, nem nas promessas do Partido Socialista, peço aos almadenses uma maior participação cívica nas associações, nos vossos bairros, nas Juntas de Freguesia, nesta Assembleia Municipal, ajudem a melhorar a qualidade política deste Concelho, que o vosso espírito cívico e as vossas convicções sejam a força para mudar uma vez por todas esta Cidade.”

6.6.2.10 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica em Defesa da Honra nos termos do n.º 1 artigo 55.º do Regimento da Assembleia Municipal.

6.6.2.10.1 – O Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, José Ricardo Martins (IND):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Luís Durão, deixe-me lhe dizer que não tenho problemas com a justiça e não estou indiciado de nada. Entende? Isso são acusações que batem na couraça da minha indiferença.

E agora, aproveito aqui para lhe dizer o seguinte: eu tenho vergonha, de ser governado por um partido político que encosta imigrantes à parede, com polícias, com imagens que só me fizeram lembrar o Hitler na perseguição aos Judeus, isso eu tenho vergonha.

O Senhor veio aqui fazer um ataque pessoal, e eu estou a fazer uma São factos públicos, pois são, são imagens que passaram e percorreram o mundo, de imigrantes, sabe o que é eu chamo a isso? Xenofobia, racismo e outras coisas mais, não é defesa da honra, a defesa da honra já foi feita e eu disse aqui que não sou acusado de absolutamente nada e o senhor vai ter que provar o que disse aqui, vai ter que ir provar nos órgãos competentes.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.2.10.2 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD) em Defesa da Honra nos termos do n.º 2 artigo 55.º do Regimento da Assembleia Municipal.

6.6.2.10.3 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não, não vou pedir desculpa, porque os factos são públicos e é conhecido. Não preciso de pedir desculpa. Aliás, há duas formas de fazer política, discutir os temas ou fazer ataques e acusar de litigância. Há um político que faz muito isso, chama-se Donald Trump. Se os Senhores do Partido Socialista querem o mesmo tipo de política não são muito diferentes de quem criticam.”

6.6.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui falar-vos da atividade trimestral que é o ponto que aqui temos hoje em análise.

Realmente, cheguei aqui um bocado triste, estamos aqui no âmbito de boas festas, época natalícia, e haver ataques pessoais em vez de falarmos de política parece-me desnecessário, mas enfim.

Realizo esta intervenção alicerçada nas atividades das áreas da educação, do desporto, da cultura, do estacionamento e da saúde.

Esta Atividade trimestral de facto, foi muito rica e dinâmica como já aqui foi hoje inclusive referido.

Permitam-me um grande destaque para a área da educação, nomeadamente, com a requalificação da Escola Básica Maria Rosa Colaço, e um obrigado à nossa Presidente da Câmara Municipal de Almada, porque nunca desistiu desta obra. Esta é uma obra que importa recordar, que foi mal projetada e preparada ainda numa altura da gestão CDU, mas este executivo da Câmara Municipal de Almada, nunca desistiu e deixem-me dizer que esta obra nasceu, está linda, é útil e é mesmo muito importante para aquela comunidade educativa e para o Feijó.

Na área do desporto, apenas elencar aqui dois destaques particularmente importantes, como é a Semana Europeia do Desporto, mas também, está de volta, esteve de volta, a Meia Maratona de Almada e foi um enorme sucesso.

E depois, permitam-me aqui falar no tema do estacionamento. É referido também na atividade trimestral, o tema do avanço da requalificação do estacionamento do Parque da Paz, do lado do Chegadinho, e deixem-me dizer-vos que é muito importante essa matéria, é de facto, necessário avançar com esse estacionamento, e deixar a sugestão de que também é urgente pavimentar a estrada do estacionamento do Chegadinho, porque aquela população precisa muito destas obras e, portanto, é muito importante essa intervenção junto desta população.

Relativamente à área da saúde, destacaria como já aqui foi elencado o Centro de Saúde do Feijó e o Centro de Saúde da Costa da Caparica, que ao contrário do que vem sendo dito, as políticas públicas exigem continuidade e por esse mesmo motivo, estes projetos estão a avançar, precisam de continuar a avançar e por favor, continue lado a lado, eu sei que assim estará, do lado dos almadenses a lutar pela melhoria da qualidade de vida e por estas reivindicações das populações.

Na área da cultura, aqui ontem ouvi falar do Feliz Almada e de várias críticas sobre esta importante medida. Mas Almada está mesmo feliz e ainda bem, porque inclusive, este Feliz Almada ao contrário de outras autarquias, tem atividades gratuitas para pequenos e graúdos, para todos e que valoriza as tradições e as suas gentes, como é o Cante Alentejano, que aproveito para saudar no âmbito do 10.º Aniversário do Património Imaterial da Humanidade. Viva o Cante Alentejano.

Senhora Presidente, é mesmo muito importante, alargar também a iluminação de Natal pelo Concelho de Almada. Bem sabemos que as Juntas de Freguesia devem também ter aqui um papel e não se devem demitir, um papel ativo sobre esta matéria. Mas há Juntas de Freguesia que têm complementado bem a iluminação de Natal, mas aqui no Laranjeiro Feijó, as iluminações são de facto poucas ou nenhuma, é de facto, um desalento.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Almada precisa mesmo de continuar a avançar. E vai avançar. Almada pode e vai avançar com as obras essenciais como a Loja do Cidadão, o Centro de Saúde do Feijó ou o Centro de Saúde da Costa da Caparica, este orçamento de 2025 foi rejeitado, sim, ajudaria muito, mas eu sei que a Senhora Presidente irá continuar a lutar pelos almadenses, não desista de Almada e destes projetos estratégicos. Sabemos que assim fará e estará sempre ao lado dos almadenses. Força e viva Almada.”

6.6.2.12 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar responder a todas as questões que são muitas, mas começando pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira.

Senhor Deputado, relativamente à questão dos abrigos, é verdade, é uma preocupação, mas eu devo dizer, existem neste momento mais abrigos do que aqueles que existiam quando nós chegamos. Não são suficientes. Falou de Cacilhas, nós aumentamos substancialmente os abrigos em Cacilhas. Mas é verdade que, não só os abrigos precisam de uma renovação muito significativa, como de facto, o concurso que lançamos inclui uma série de novos abrigos. Estamos de acordo, mas há aqui uma questão que é: ou a Câmara Municipal de facto, lança um concurso para a instalação de abrigos por todo o lado, ou a Câmara Municipal põe-se a investir em abrigos caso a caso, bairro a bairro. Agora, há que ter a noção, se investimos em abrigos, se calhar não conseguimos investir noutras coisas porque a questão dos abrigos é um concurso equilibrado em que conseguimos assim chegar a todo o Concelho. Mas, se o Bloco de Esquerda tiver uma sugestão e dizer, comecem a pôr um abrigo ali e não ali, posso lhe garantir que é muito complicado.

Portanto, nós somos os primeiros a lamentar que haja conflitualidade num concurso. Volto a dizer, Lisboa, mas acho que também Cascais, há uma série de Municípios, a conflitualidade demorou dez anos, e isso que nós queremos evitar. Dito isto, já temos colocado mais abrigos do que aqueles que existiam.

Da mesma maneira, em relação à Fertagus, também e aproveito já para responder às duas questões.

Esta questão já foi debatida, falei com a Administração da Fertagus, mas houve aqui dois problemas segundo o que me foi transmitido. É verdade que houve uma alteração, é verdade que aumentaram as frequências, que era aliás, um pedido recorrente, mas também segundo me foi transmitido isso concomitante com algumas avarias que provocaram para este início de novo horário, um constrangimento maior. Segundo o que a Administração nos disse, esperam que aos poucos estas novas frequências vão se estabilizando, também as próprias pessoas, em princípio, vão entendendo melhor a questão das novas frequências, o que é que eu quero dizer com isto? Não me quero substituir à Administração, quero dizer que temos estado a acompanhar e como sempre fazemos, tudo o que diz respeito ao Município de Almada, mesmo quando não é a nossa competência direta.

Relativamente à questão da habitação no Chegadinho. Houve um incêndio, houve um período que foi mais longo do que esperávamos, porque sendo um incêndio teve que também ser feita uma investigação porque é obrigatório, nem que seja ao nível dos seguros para perceber o que aconteceu e a obra também não pode ser feita no âmbito das empreitadas existentes, tem que ser uma obra específica para aquele caso, por ter sido um incêndio naquele fogo. Tudo isso é verdade, complica. Porque senão, com as empreitadas que temos de reabilitação já de facto o podíamos ter feito, não é tão simples quanto aquilo que se podia pensar, está pronto para ser lançado, penso que agora já está em condições, já temos luz verde e já podemos avançar.

Relativamente à questão da segurança. Não deixa de ser curioso a questão da segurança, não é que a Polícia Municipal mais uma vez tenha competências criminais, isso não haja dúvida nenhuma, mas sabemos bem, quando falamos com as forças de segurança, o quanto elas próprias anseiam que criemos uma polícia municipal para os libertar de algumas funções, ficando com mais efetivos para outras.

É só para lembrar que o orçamento que foi chumbado tinha lá incluída a Polícia Municipal. É só para lembrar aqui esta questão e que justamente, estava lá a formação.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Também na preocupação do alargamento do subsídio de pensosidade também lá estava e também foi chumbado agora. Mas isso outra questão porque quando diz que quer reforçar os trabalhadores na higiene urbana e não só, penso que em todos os serviços, o Quadro de Pessoal também foi chumbado. Agora, há todo um trabalho para voltar a fazer.

É daquelas questões como disse a Senhora Deputada Margarida Lourenço, nunca se lamentar sobre o leite derramado, nós somos democratas, nós somos políticos, e somos políticos com orgulho e representamos uma série de valores, e mais do que tudo temos compromissos com os almadenses e em relação a esses compromissos aconteça o que acontecer, já tivemos pandemia, já tivemos três eleições neste mandato, continuamos firmes, determinados e continuaremos a trabalhar.

Agradeço de uma maneira geral, como não podia deixar de ser, aos Senhores Deputados do Partido Socialista, que são sempre os únicos que falam de facto, da Atividade, não deixa de ser curioso, nós apresentamos a Atividade, ninguém fala da Atividade. O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro também costuma falar da Atividade, mas é o único. De resto fala-se de tudo, exceto da Atividade. Eu percebo que a Atividade da Câmara Municipal é tão intensa, o tempo todo a Câmara Municipal faz tanta coisa, que os senhores não gostam de relembrar tudo o que a Câmara Municipal faz em tão pouco tempo. Mas ao menos agradeço aos Senhores Deputados Municipais que relembram esta questão da Atividade.

Sobre as questões do Senhor Deputado Municipal Luís Durão. Ginásio Clube do Sul. Ainda bem lembrou os três pontos.

É evidente, o ponto um e o ponto dois, não são complicados, sendo que a maior parte da documentação é do próprio Ginásio Clube, certo? A Câmara Municipal só pode entregar aquilo que tem e o tipo de acordo que fez. E garanto-lhe que não é muita coisa. Agora, eu não me importo, amanhã ou ainda esta noite, posso pedir que lhe enviem a documentação. O terceiro ponto é que já me parece relevante e porquê? Porque há dúvidas relativamente ao protocolo que assinamos de direito de superfície, aquele direito de superfície foi atribuído para que aquele espaço fosse sede do Ginásio Clube do Sul. O Ginásio Clube do Sul está em liquidação e neste momento até quem lá está a operar não é propriamente o Ginásio Clube do Sul. E, portanto, o que nós estamos a fazer e isso é que é complexo, é perceber quais é que são os direitos e os deveres do Ginásio Clube. É só isso que é complexo. Se o PSD quiser sinceramente saber qual é que é a situação, aguardamos, se quiser amanhã envio, aliás, é público, envio imediatamente toda a documentação que temos. Portanto, quando eu digo que a situação é complexa, sim, porque nem sequer sabemos qual é que é a validade neste momento daquele direito de superfície que foi atribuído. Não sabemos. Portanto, para que não haja dúvidas, contratamos um parecer exterior. Não posso ser mais clara. Como vê, é de facto complexo.

Relativamente ao Metro, eu fiz umas declarações para a TSF que me perguntou, sim, falei mais uma vez, falei com a Administração do Metro Sul do Tejo e falei naturalmente, com as forças de segurança. E vou ser franca, eu não vou reproduzir aqui o que as forças de segurança me disseram, porque há uma investigação em curso. Apenas vou repetir aquilo que já disse de forma pública e que me transmitiram. Há uma investigação em curso, como não poderia deixar de ser, a própria Polícia Judiciária está envolvida nessa investigação, e sim, os dados que as forças de segurança e a própria Administração do Metro, mas aqui até é mais as forças de segurança, nos transmitiram e nós temos uma relação muito próxima, aliás, uma relação de grande colaboração com as forças de segurança e que eu agradeço o tempo todo. Ainda não está provado que fossem tiros, também importa referir, não está provado que fossem tiros, a investigação está a decorrer, os que eles dizem é que neste momento consideram que não há razão para alarme e mais não vou dizer, por razões óbvias e é a eles que compete e jamais ouvirem da minha boca uma palavra que possa comprometer essa questão.”

6.6.2.13 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria apenas fazer aqui duas notas ao Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira.

Uma relativamente às afirmações que fez sobre os resíduos, e dizer-lhe que já ontem aqui disse a outro Senhor Deputado Municipal, que eu percorro o Concelho várias vezes por semana, e dizer-lhe que quem afirma que é



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

o lixo indiferenciado o problema deste Concelho, não percorre com certeza o Concelho como eu. Não é. Ainda hoje recebi uma mensagem dizendo que é preciso lixo indiferenciado, é preciso mandar recolher e mandei. Cheguei lá e não era, era a AMARSUL, era o contentor que estava cheio e a transbordar. Portanto, eu sei bem qual é o problema dos resíduos em Almada e iremos resolvê-lo.

Segunda questão. Saúde, a Câmara Municipal não tem nem responsabilidades diretas nem indiretas na saúde, é bom que fique claro, que as competências que foram transferidas para o Município, são competências que têm a ver com infraestruturas, logística e recursos humanos. Tem todo o trabalho a fazer e está a fazê-lo e já aprovou a Estratégia Municipal de Saúde, já criou o Conselho Municipal de Saúde, já está no site, a Estratégia Municipal de Saúde em articulação com os equipamentos da Câmara Municipal, porque o objetivo é promover a saúde, prevenir a doença e incentivar práticas de vida saudável. É isso que estamos a fazer, não temos qualquer outra responsabilidade, isso não implica que cada vez e porque temos uma grande proximidade de diálogo com o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde, isso não implica que o facto de não termos responsabilidades diretas nem indiretas, nas questões da saúde, não sejamos porta-vozes junto do Conselho de Administração sempre que algumas questões se nos colocam e somos muitas vezes.”

6.6.2.14 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só quero dar nota e aproveitando a questão que nos foi colocada relativamente à saúde, dizer que hoje mesmo tive a honra de juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Seixal, para ir verificar todos os investimentos que foram feitos no Hospital Garcia da Orta, graças aliás, ao PRR. E dizer que foi com muito orgulho, que são equipamentos muito especiais, até me puseram a experimentar fazer uma cirurgia, felizmente, digital com um robot, já manipulei aqueles robots super sofisticados, mas sobretudo foi um orgulho ver um hospital que está de facto, a ser todo ele reabilitado, a cumprir todas as candidaturas do PRR a que se comprometeu e também tive o prazer e a honra de partilhar o jantar de Natal com aquelas equipas e ver todos aqueles profissionais que de facto, têm sido incedíveis e a quem eu deixo desde já a minha palavra de parabéns.”

6.7 – Entrou-se no ponto 3.18 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Constituição da comunidade intermunicipal de Setúbal. Aprovação da sua constituição respetivo contrato e estatutos”.

6.7.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.7.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu devo dizer que gostaria que esta proposta tivesse sido apresentada mais cedo para estar mais fresca, mais fresca pela sua importância.

Como sabem, há muito que os Municípios do Distrito de Setúbal, têm reclamado com o facto de terem sido aglomerados ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, o que trouxe um grande prejuízo para os nossos Municípios, porque o cálculo relativamente ao PIB Per Capita e com base nisso, que determina aquilo que são os montante de comparticipação dos Fundos de Coesão, ficam francamente falseados quando se faz a média de uma Área Metropolitana de Lisboa, onde consta Lisboa, Cascais e Oeiras, que são os três Municípios mais ricos, mas sobretudo Lisboa que faz com que de repente a Área Metropolitana de Lisboa até parece que não precisa de mais investimentos estruturais, quando ainda precisa.

Aliás, saiu há pouco tempo um estudo que convido os Senhores Deputados Municipais a ler, justamente sobre os cálculos que foram feitos relativamente à existência de uma nova NUT. Foi uma longa batalha que todos os Municípios do Distrito de Setúbal levaram a cabo, que felizmente e permitam-me que o diga, o anterior Governo abraçou essa luta e foi de facto criada uma nova NUT para o Distrito de Setúbal independentemente dos contornos que venham a ter os novos Fundos de Coesão, seja como for, para que a NUT possa ser uma realidade, importa criar uma comunidade intermunicipal, nos termos da Lei e que é no fundo assim do Distrito de Setúbal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Houve várias reuniões com todos os Presidentes de Câmara do Distrito de Setúbal, o texto que aqui vos apresentamos e o projeto de Estatutos foi o texto que foi consensualizado entre todos, cabe-nos agora a todos, a cada um, nas instancias próprias ver aprovado este texto, estes projetos de Estatuto para que por fim, assim a Península de Setúbal possa ver a luz do dia, até porque é fundamental poder começar a partir desse momento a estabelecer aquele que é o projeto estratégico para este território.

Quero agradecer naturalmente a todos os colegas Autarcas o esforço que tem sido feito, a colaboração e a pareceria que tem sido apresentada.

Queria dar mais uma nota, que é verdade que na altura da aprovação do orçamento, chegamos a fazer uma carta conjunta para que o orçamento atual pudesse já prever o financiamento estabelecido na Lei para a nova CIM, a resposta foi um bocadinho esperada, que é criar em primeiro a CIM, depois falámos de financiamento, é isso que estamos a fazer, é criar a CIM, estabelecer os seus órgãos sociais, o seus Estatutos que não difere naturalmente daquilo que é a maioria das CIM apenas com as particularidades locais e volto a dizer, podermos avançar neste trabalho que é fundamental para estarmos prontos em 2027, quando surgirem os novos Fundos de Coesão, não sabendo nós ainda o que vão ser, mas seja como for, sabemos que estaremos prontos aconteça o que acontecer.”

6.7.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Luís Couvaneiro (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.7.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, reitero muito daquilo que disse. A Península de Setúbal passa a ter neste momento, simultaneamente, uma NUT 2 e uma NUT 3, proposta que foi submetido pelo Governos liderado por António Costa às Instituições Europeias, e que é uma questão de justiça para o território, para os seus habitantes, para as suas instituições e para as suas empresas.

A Região passa a ter uma comunidade intermunicipal, e uma NUT 3. Que terá informação estatística própria, passa a ter acesso a estruturas, plano e processo para aceder a Fundos Europeus, que garantam a convergência com a média europeia.

Garantirá maior desenvolvimento, maior coesão, mais justiça social, contribuindo para reforçar aquilo que é a democracia deste território, porque um território sem condições para o seu desenvolvimento, é um território que seguramente tem as suas instituições em risco através seguramente, de todo o tipo de exercícios que fragilizem as instituições democráticas.

Foi uma medida trabalhada e exigida pelo Partido Socialista, no Distrito de Setúbal, foi uma conquista do Governo PS, do Governo liderado por António Costa, que alterou a Lei de 2013, do Governo PSD/CDS, de Passos Coelho, que pôs fim a este mecanismo que nos permitia convergir com a média europeia.

Acreditamos que nenhum Autarca, intelectualmente responsável, intelectualmente sério, estará contra esta medida que reforça as condições da Península de Setúbal para se desenvolver.

Passamos por esta via a ter maior participação na gestão dos programas de apoio ao desenvolvimento regional, reforçamos a equidade regional, temos uma nova oportunidade, temos um novo impulso, temos muito trabalho pela frente, para a Península de Setúbal, para Almada e para os almadenses.”

6.7.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito breve, quero só lembrar, muito tem sido perguntado o que é que temos feito para poder atrair investimento. Deixem-me que vos diga que é o que mais tem prejudicado o investimento em Almada, é o facto da Península de Setúbal e de Almada em particular, ter sido junto com a Área Metropolitana de Lisboa. Portanto, este documento que nós aqui vamos votar, eu não tenho dúvidas que, não é a Derrama, não é essa



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

política fiscal, é sem dúvida o documento mais importante, para que possamos de forma consistente e coordenada, atrair mais e melhor investimento para Almada. Disso não tenho dúvidas.

Portanto, respondendo no momento certo e no tempo certo à pergunta que tanto me fazem, este trabalho que é sem dúvida um trabalho que demorou tempo a fazer, foi preciso convencer a União Europeia, foi preciso reparar aquilo que tinha sidó desmanchado há uns anos atrás, e ainda bem que o fizemos, e ainda bem que caminhamos juntos e ainda bem que neste momento, concordamos todos, que este é de facto o momento e o documento mais importante, para garantir o desenvolvimento futuro do nosso território e que tanto precisa destes apoios e destes financiamentos.”

6.7.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade (encontrando-se fora da sala o eleito José Alberto Lourenço (CDU)), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova o acordo constitutivo da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal – CIM-Península de Setúbal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 80.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de dezembro, que aprovou a proposta n.º 2024-570-GP.

6.7.3.1 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU) para apresentar uma Declaração de Voto.

6.7.3.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Primeiro, Senhora Presidente, permita-me, suponho que terá sido por engano, é a Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal e não do Distrito de Setúbal.

O processo de construção da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, desde a primeira hora foi abraçado por todos os Agentes Socioeconómicos e tem tido na Associação de Municípios da Região de Setúbal o elemento agregador desde a primeira hora e nas Câmaras Municipais o agente que institucionalmente e em consenso tem construído o seu edifício.

Tendo em conta que o próprio Orçamento de Estado ainda não inscreveu verba, tendo em conta que há eleições daqui a poucos meses, tendo em conta que ainda há aspetos a consensualizar entre todos os Municípios, tendo em conta que só em 2027 haverá Fundos Comunitários, apesar disso, a CDU votou favoravelmente a Constituição desta Comunidade Intermunicipal, não compreendendo, no entanto, a urgência do agendamento deste ponto na ordem de trabalhos, por considerar extemporâneo e precipitado.”

7 – A terminar os trabalhos, o Senhor 1.º Secretário em substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento ao Clube Recreativo do Feijó, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

8 – Concluiu-se a ordem de trabalhos pelas 01H15 tendo-se dada por concluída a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, tendo o Senhor 1.º Secretário em substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitado aos Senhores/as Deputados/as que fosse dada como aprovada a minuta da ata.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal, dos/as Senhores/as Vereadores/ Maria Teodolinda Silveira (PS), José Pedro Ribeiro (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Filipe Pacheco (PS), Nuno Filipe Matias (PSD), António Sousa Matos (CDU), José Luís Matos (CDU), Helena Manuela Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU) e Joana Rodrigues Mortágua (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de setenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O 1.º SECRETARIO EM SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE

[Handwritten signature]

A 1.ª SECRETÁRIA

Aure Paulo Silva

O 2.º SECRETÁRIO

Paulo Viegas